



O BRASIL DE BOLSONARO¹

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201900010012>

PERRY ANDERSON

TRADUÇÃO JAYME DA COSTA PINTO

[1] Este artigo foi publicado originalmente na *London Review of Books* (<https://www.lrb.co.uk/>), v. 41, n. 3, em 7 de fevereiro de 2019. Esta versão foi revista pelo autor, que incluiu notas, referências bibliográficas e fez alguns acréscimos e correções. [N.E.]

A teratologia da imaginação política contemporânea — já bastante pródiga: Trump, Le Pen, Salvini, Orbán, Kaczyński, ogros vários e variados — acaba de ganhar um novo monstro. Destacando-se em meio à lama, o presidente eleito do Brasil enalteceu o mais notório torturador na história de seu país; afirmou que a ditadura militar deveria ter eliminado 30 mil adversários; disse a uma deputada que ela não merecia ser estuprada por ser feia demais; anunciou que preferia perder um filho em um acidente de carro a descobrir a homossexualidade dele; declarou aberta a temporada de exploração na Floresta Amazônica; e, no dia seguinte à eleição, prometeu a seus seguidores banir do país os marginais vermelhos. Na opinião de seu indicado para o Ministério da Justiça, Sérgio Moro — que está longe de ser um magistrado qualquer: é saudado mundo afora como epítome de integridade e independência —, Jair Bolsonaro é um “moderado”.

Ao que tudo indica, o veredito das urnas em outubro passado trazia uma mensagem clara: depois de governar o país por catorze anos, o Partido dos Trabalhadores (PT), liderado por Lula e Dilma, foi amplamente rejeitado, e sua sobrevivência pode agora estar em risco. Encarcerado por Moro, o governante mais popular da história do Brasil aguarda novas sentenças de prisão. Sua sucessora, despejada do cargo a meio caminho do segundo mandato, transformou-se praticamente em uma pária, reduzida que foi a um humilhante quarto lugar na disputa estadual por um assento no Senado. Como pôde ocorrer tal virada? Houve ali algo de contingente? Ou esse desfecho já era líquido e certo? O que explica o radicalismo do resultado? Comparadas ao nível de revolta pelo qual o Brasil passou nos últimos cinco anos — e a gravidade de seu possível desenlace —, as reações teatrais diante do Brexit, no Reino Unido, e as demonstrações de aversão a Trump, nos Estados Unidos, soam mais como mero ruído.

A política brasileira tem caráter italianizado: é intrincada e tortuosa. Contudo, sem conhecer um pouco da política local, é difícil entender o que aconteceu ao país. Quando Lula deixou a Presidência, em 2010, a economia registrava crescimento de 7,5%, a pobreza havia sido reduzida pela metade, novas universidades se multiplicavam, a inflação era baixa, o orçamento e a conta-corrente apresentavam superávit, e o índice de aprovação do presidente superava 80%. Para sucedê-lo, Lula escolheu sua ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, participante da guerrilha contra a ditadura militar, nos anos 1960, que nunca havia ocupado — nem mesmo concorrido a — um cargo eletivo. Com Lula a seu lado, Dilma venceu com facilidade, obtendo maioria de 56% dos votos válidos, e tornou-se a primeira mulher a chegar à Presidência do Brasil. No início, foi bem recebida por uma classe média que detestava Lula e, durante dois anos, gozou de ampla popularidade, exibindo tranquilidade e competência. Seu legado, porém, era menos róseo do que parecia. A alta no preço das *commodities* havia sustentado a bonança econômica da era Lula sem que as taxas historicamente modestas de investimento e produtividade se alterassem. Assim que Dilma assumiu o cargo, em 2011, esses índices começaram a ruir, derrubando a taxa de crescimento para 1,9% em 2012. Em 2013, o Federal Reserve [banco central dos Estados Unidos] decidiu interromper a compra de títulos, desencadeando uma crise no mercado de capitais e empurrando financiamentos estrangeiros para fora do Brasil. O balanço de pagamentos se deteriorou. A inflação subiu. Os anos de prosperidade e euforia acabaram.

Politicamente, o governo do PT tinha as mãos amarradas desde o início. Após a redemocratização do país no fim dos anos 1980, três partidos ganharam corpo e destaque: no campo da centro-direita, o PSDB, que posava de “social-democrata” e se apresentava como opção para o grande negócio e a classe média; em posição intermediária, o teoricamente “democrático” PMDB (mais tarde apenas MDB), uma extensa rede de clientelismo espalhada por áreas rurais e pequenas cidades, onde distribuía benesses com generosidade ora federal, ora estadual; e à esquerda, o PT, único partido formado por algo mais que um amontoado de figurões regionais e seus subordinados. À margem desse trio, no entanto, em consequência do sistema de representação proporcional de lista aberta dividido em amplos colégios eleitorais, proliferou uma infinidade de pequenos partidos sem orientação ideológica, criados apenas para drenar fundos públicos e obter favores para seus líderes. Nesse contexto, nenhum presidente jamais liderou um partido com mais de um quarto das cadeiras do Congresso, instância por onde passa toda a legislação relevante do país, o que faz das coligações uma condição necessária para governar, e da farta distribuição de sinecura uma premissa incontornável para a formação dessas mesmas coligações.

Durante vinte anos, a Presidência foi ocupada por apenas dois partidos, PSDB e PT. O primeiro, comprometido em promover no país o que chamou de “choque de capitalismo” salutar, teve pouca dificuldade em encontrar aliados nas oligarquias tradicionais do Nordeste e entre os eternos predadores do PMDB, aliados naturais de um regime liberal-conservador. Quando Lula chegou ao poder, porém, o PT não queria depender desses grupos e, então, passou a trabalhar para construir uma maioria no Congresso a partir daquele lamaçal de pequenos partidos, um mais venal que o outro. Para evitar que controlassem muitos ministérios — a contrapartida financeira geralmente oferecida em troca de apoio —, o partido distribuía, por baixo do pano, pagamentos mensais em dinheiro. Quando esse sistema, que ficou conhecido como “mensalão”, foi exposto em 2005, houve uma primeira impressão de que ele poderia até derrubar o governo. Porém, Lula continuou popular entre os pobres e, ao se livrar de assessores próximos e buscar no PMDB um apoio mais ortodoxo para garantir maioria no Congresso, sobreviveu à comoção do momento e acabou por ser triunfalmente reeleito. No segundo mandato, o PMDB já se tornara um braço estável do governo, recebendo em troca uma série de nomeações na máquina estatal, nas esferas federal e locais, desde o nível ministerial até os escalões inferiores. Quando seu mandato chegava ao fim, Lula escolheu o então presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer — personificação dos procedimentos e da perspectiva do partido —, para ser vice-presidente de Dilma, unindo, dessa forma, um veterano de esquemas e intrigas de bastidor a uma política novata.

A herança econômica foi a primeira a derreter. Em 2013, a relação entre classe média e governo já tinha azedado, e aumentos de preços alimentavam a tensão popular nas grandes cidades. Lula havia repassado recursos para os mais pobres — aumentou o salário mínimo, barateou o crédito e implementou políticas de transferência de renda —, mas privilegiou o consumo, não os serviços públicos, que de modo geral continuaram péssimos. Em meados do ano, uma alta nas tarifas de transporte público desencadeou protestos liderados por jovens ativistas de esquerda em São Paulo. A repressão policial amplificou os atos, que se tornaram enormes manifestações de rua Brasil afora. Com crescente participação da direita e apoio dos meios de comunicação mais poderosos do país, as reivindicações iniciais logo se tornaram um vale-tudo contra os políticos, em geral, e o PT, em particular. Em quinze dias, os índices de aprovação de Dilma despencaram de 57% para 30%. Combinando cortes de gastos e iniciativas de bem-estar social pouco dispendiosas, ela conseguiu recuperar respaldo nos meses seguintes. No início de 2014, contudo, minas terrestres de conteúdo político, há muito enterradas, começaram a explodir. Escutas feitas pela Polícia Federal para investigar operações de lavagem de dinheiro

em um lava-rápido de Brasília revelaram um esquema de corrupção generalizado na Petrobras, empresa cujas ações estavam entre as mais valorizadas do mundo na época. Uma série de vazamentos relativos a essa investigação, explorados com interesse crescente pela mídia, indicava conexões com o PT que datavam do governo Lula. A notícia repercutiu com força em um ambiente já altamente carregado, em consequência do julgamento, encerrado no fim de 2012 (ou sete anos após a denúncia), dos principais quadros petistas envolvidos no mensalão.

Assim, quando Dilma se candidatou à reeleição, em 2014, enfrentou uma oposição muito mais agressiva do que em 2010. E teve, novamente, um candidato do PSDB a enfrentá-la no segundo turno. Desta vez, tratava-se de um rebento da classe política mineira tradicional: Aécio Neves, neto *playboy* de Tancredo Neves, que teria sido o primeiro presidente da era pós-militar, em 1985, se não tivesse morrido antes de tomar posse. Confiante na vitória, acusou Dilma de incompetência e esbanjamento de gastos, levantou suspeita de delitos e, assim, chegou perto de derrotá-la. Conduzindo uma campanha combativa, mas desajeitada, na qual teve fraco desempenho nos debates, Dilma venceu por margem estreita, sustentada pelo compromisso de nunca aceitar a austeridade que, segundo ela, seu adversário queria infligir à população. Antes mesmo de assumir o cargo, porém, a presidente já enfrentava dificuldades. Pensando, talvez, em repetir o lance inicial de Lula, que logo ao assumir a Presidência apostou na rígida ortodoxia econômica a fim de tranquilizar os mercados, expandindo os gastos sociais apenas depois de consolidar as finanças públicas, Dilma escolheu para o comando do Ministério da Fazenda um executivo de banco treinado em Chicago, sinalizando que haveria um novo período de austeridade, e com isso traiu suas promessas de campanha com um arrocho que atingia diretamente a renda popular. Tendo afastado a esquerda, ela então se indispôs também com a direita ao tentar impedir que o PMDB mantivesse o influente assento, anos antes ocupado por Temer, de presidente da Câmara, cuja cooperação é em geral necessária para a aprovação de seus projetos de lei, e acabou clamorosamente derrotada pelo candidato do partido, Eduardo Cunha, nome que é sinônimo de manipulação implacável e ausência de escrúpulos. O PT, que havia conquistado apenas 13% dos votos para a Câmara, tornava-se extremamente vulnerável no frente legislativo.

O PSDB, por sua vez, não aceitou facilmente a derrota no pleito presidencial. Furioso por ver escapar o triunfo que dava como certo, Aécio apresentou, junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), acusações de despesas de campanha ilegais por parte da chapa vencedora, na esperança de anular o resultado e provocar uma nova eleição, na qual — haja vista a decepção popular com o rumo econômico dado por Dilma — dessa vez ele poderia ter certeza de vitória. Contudo,

dentro do PSDB, um conglomerado de notáveis endinheirados e com ambições próprias, não havia consenso com relação a apoiar Aécio. O candidato derrotado do partido à Presidência em 2002 e 2010, José Serra, agora senador por São Paulo, enxergou uma via alternativa para o despejo de Dilma, um caminho que poderia ampliar o apoio à derrubada da presidente e ainda favorecê-lo. A desvantagem da rota adotada por Aécio era que, por ameaçar tanto Temer quanto Dilma, tinha pouco apelo para o PMDB. Serra era próximo de Temer; na política de São Paulo, colaboravam mutuamente há tempos. Melhor então seria lançar o processo de impeachment contra Dilma no Congresso, onde se poderia esperar que Cunha desse um encaminhamento favorável. O êxito dessa estratégia automaticamente faria de Temer presidente e daria a Serra o ponto de partida ideal para sucedê-lo, deixando Aécio para trás.

Temer, claro, viu esse esquema com bons olhos, e então os dois começaram, sorratamente, a se mexer para executá-lo. Por trás da dupla pairava, de forma ainda mais discreta, outro nome do PSDB, o veterano estadista Fernando Henrique Cardoso, um amigo íntimo e conselheiro de Serra que nunca gostara de Aécio. Restava então elaborar o pretexto para o impeachment. Chegou-se a um consenso de que seria uma questão técnica: Dilma teria infringido a lei ao postergar pagamentos de contas públicas a fim de se beneficiar, nas eleições, da aparência de que elas estavam em ordem. Que isso fosse prática antiga, comum a governos anteriores, pouco importava. Assim, em meados de 2015, a paisagem política havia sido chacoalhada por um terremoto que trágou manobras corriqueiras em Brasília.

Desde o início, as investigações da Lava Jato ficaram sob a jurisdição do estado de onde vinha o doleiro Alberto Youssef, primeiro acusado de relevo a ser preso: o Paraná, uma sociedade provinciana e atipicamente de classe média no sul do Brasil. Sérgio Moro, um paranaense que ganhara experiência trabalhando como assistente no julgamento do mensalão, atuava como juiz na capital, Curitiba. Como deixou claro em artigo publicado uma década antes do início da Lava Jato, seu modelo operacional seria o processo anticorrupção *Mani Pulite* [Mãos Limpas], que foi conduzido por um grupo de magistrados em Milão e destruiu os partidos que estavam no poder na Itália no início dos anos 1990, marcando o fim da Primeira República. Moro deu destaque positivo a duas características do processo italiano: o uso da prisão preventiva para garantir delações, e o vazamento estratégico, para a imprensa, de informações relativas a investigações em andamento, a fim de despertar a opinião pública e pressionar alvos e tribunais. O teatro da mídia importava mais que a presunção de inocência, pois esta — explicou Moro — estava sujeita a considerações pragmáticas (Moro, 2004).

Responsável pela Lava Jato, Moro se revelou um empresário para artista nenhum botar defeito. As sucessivas operações — batidas policiais, prisões em massa, uso de algemas, confissões — ganhavam enorme publicidade, com direito a alertas antecipados para a mídia impressa e a televisão. Cada ação era cuidadosamente numerada (até agora, foram 57 operações, que resultaram em sentenças que somam mais de mil anos) e batizada com nomes escolhidos por seu efeito dramático, remetendo ao imaginário cinematográfico, clássico ou bíblico: Bidone, Dolce Vita, Casablanca, Nessun Dorma, Erga Omnes, Aletheia, Juízo Final, Dejà Vu, Omertà, Abismo etc. Os italianos se orgulham de ter um talento especial para o espetáculo: a atuação de Moro deixou seus mentores milaneses no chinelo.

Durante um ano, as operações da Lava Jato concentraram-se sobretudo em ex-diretores da Petrobras, acusados de receber e distribuir vultosas propinas. Ainda em 2015, derrubaram o primeiro quadro importante do PT, o tesoureiro João Vaccari Neto, preso em abril. Poucas semanas depois, também foram detidos altos executivos das duas maiores construtoras do país, Odebrecht e Andrade Gutierrez, conglomerados continentais com operações em toda a América Latina. A essa altura, manifestações em apoio a Moro, clamando por punição ao PT e pedindo o afastamento de Dilma, se intensificavam, tomando conta dos meios de comunicação e sitiando o Congresso; ali, Cunha, ainda formalmente parte da coalizão governante, abria espaço na pauta para o impeachment. Isolada e enfraquecida, Dilma aceitou o conselho de seus ministros petistas de que deveria convocar Lula, a única pessoa suficientemente familiarizada com os meandros do Congresso — que ela não conseguira dominar — para tentar reverter a situação. Lula rapidamente se pôs a remendar a relação com o PMDB. Nesse meio-tempo, surgiram, de modo repentino e espetacular, informações de que Cunha mantinha milhões de dólares em contas bancárias secretas na Suíça. Vendo-se igualmente ameaçado de destruição pela Lava Jato, Cunha propôs um pacto de proteção mútua: ele bloquearia o processo contra Dilma se o governo bloqueasse o processo contra ele. Lula pediu a aceitação do acordo, e a cúpula, em Brasília, chegou a um entendimento. Porém, a liderança nacional do PT, em São Paulo, temendo que a notícia desse acordo apenas respaldasse a percepção pública de que o partido era extremamente corrupto, instruiu seus deputados a votar pela abertura da ação contra Cunha. Em retaliação, ele imediatamente abriu caminho para que as acusações do PSDB contra Dilma fossem levadas à deliberação no Congresso.

Moro, enquanto isso, preparava seu golpe de misericórdia. Na primeira semana de março de 2016, a Operação Aletheia apreendeu Lula nas primeiras horas da manhã e o conduziu para depoimento. Fotografos da mídia impressa e equipes de TV, avisados com antecedência,

cercavam o ex-presidente, agitando câmeras e holofotes em meio à escuridão. Lula estava, enfim, sob investigação formal da Lava Jato. O sensacionalismo não parou ali. Um telefonema de Dilma para Lula, em que discutiam procedimentos para nomeá-lo ministro-chefe da Casa Civil, foi interceptado por Moro e instantaneamente vazado para a imprensa. Como políticos de nível ministerial e membros do Congresso gozam de imunidade parlamentar — salvo interferência do Supremo Tribunal Federal (STF) —, houve um grande alvoroço. Seria, pura e simplesmente, uma maneira de manter Lula fora da prisão. A nomeação foi suspensa por dois juízes de Brasília; o primeiro, notório por vociferar publicamente contra o PT no Facebook; o segundo, por ser uma conhecida marionete do PSDB no STF.

A pressão das ruas em favor do impeachment era enorme: em todo o Brasil, 3,6 milhões de manifestantes clamavam pela retirada de Dilma já em meados de março. Ainda não estava claro, no entanto, se a maioria de dois terços, necessária para o impeachment, poderia ser alcançada no Congresso. Em pouco tempo, porém, uma operação da Lava Jato apreendeu *laptops* da Odebrecht com registros codificados de pagamentos feitos, segundo os boatos, a cerca de duzentos políticos brasileiros, oriundos de praticamente todos os partidos. A descoberta fez disparar um alarme entre a classe política. Em poucos dias, Romero Jucá, ex-líder do governo no Senado e homem forte do PMDB, foi gravado dizendo a um colega que era preciso “estancar essa sangria”. Como “os caras do Supremo” haviam dito a ele que isso seria impossível enquanto Dilma estivesse no poder e a mídia inteira pedisse a cabeça dela, continuou Jucá, era preciso substituí-la imediatamente por Temer e, em seguida, instituir um governo nacional com apoio do Supremo e do Exército — Jucá mantinha conversas com generais. Só assim a Lava Jato poderia ser freada antes que os atingisse (Valente, 2016). Quinze dias depois da conversa, a Câmara aprovou o impeachment de Dilma, com Cunha presidindo a sessão. Com a missão cumprida, Moro poderia, enfim, prendê-lo. O Supremo determinou que o Congresso o afastasse do posto de presidente da Câmara e, algum tempo depois, ele teve o mandato cassado e acabou na prisão. Após um intervalo protocolar, o Senado condenou Dilma no processo aberto pela Câmara e Temer assumiu a Presidência em definitivo. Em abril de 2018, Lula foi preso sob acusação de corrupção na intenção de compra de um apartamento à beira-mar, do qual ele nunca se tornara proprietário. Julgado em Curitiba meses antes, fora condenado a nove anos de prisão; ao recorrer, vira a pena subir para doze. Com seu primeiro presidente atrás das grades e a segunda arrancada de forma ultrajante do cargo, além de registrar uma baixa recorde de popularidade, o PT parecia ver seu desmanche completo.

A prova de que não era bem o caso veio com as reações ao encarceramento de Lula. Inimigos no PSDB apostavam que ele seguiria para o exílio, e não para a cadeia, num voo em busca de segurança que selaria sua derrocada. Tomados de surpresa com o estoicismo de Lula ao aceitar a detenção, esses adversários não atentaram para o sentimento de solidariedade que isso poderia despertar. Em poucos meses, as pesquisas mostravam que ele permanecia o líder mais popular do país e, embora impedido de concorrer por ter sido condenado em segunda instância, seguia à frente de todos os outros pré-candidatos na disputa pela Presidência em 2018. O apelo pessoal de Lula, no entanto, era uma coisa; o futuro do PT, outra. O partido sofrera uma debacle sem precedentes na história do Brasil. Que tipo de ajuste de contas seria necessário para uma reparação? Em seus anos no poder, o partido pouco fizera para criar uma cultura de análise autocrítica ou de reflexão acerca dos próprios rumos ou do destino do país: nenhum jornal, nenhum periódico, nenhuma estação de rádio ou TV. Os intelectuais haviam sido úteis como ponte para a visibilidade pública no começo. Quando o partido chegou ao poder, embora muitas dessas figuras — talvez a maioria — continuassem a apoiá-lo, ele basicamente as ignorou, num filistinismo míope que só valorizava cálculos eleitorais.

Ainda que fosse pouco reconhecido e algo injustiçado, um pensador político de primeira linha compunha os quadros do partido. Filho de um imigrante judeu austríaco que se tornou um dos mais importantes economistas de esquerda do Brasil, André Singer foi membro fundador do PT em São Paulo, em 1980. Começou a carreira como jornalista e logo ascendeu a uma posição de comando no menos conservador dos dois grandes jornais da cidade, a *Folha de S. Paulo*, antes de se tornar secretário de imprensa e porta-voz presidencial de Lula durante o primeiro mandato, ao fim do qual pediu demissão para retomar sua carreira acadêmica como cientista político. Em 2012, Singer produziu o primeiro estudo sério da trajetória do partido no governo e do apoio social por ele recebido durante o governo Lula. Embora escrito com admiração respeitosa em relação ao que foi realizado, era demasiado lúcido e objetivo acerca da natureza e das causas do “reformismo fraco” em que o partido se ancorou para ser bem recebido internamente, e teve, portanto, pouca ressonância ali. No ano passado, Singer publicou uma sequência, *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*, que, espera-se — ainda que seja cedo para afirmar —, terá maior repercussão. De tempos em tempos, em diferentes países, alguns livros são comparados ao *18 de brumário*, de Marx, mas como síntese extraordinária de análise de classe, narrativa política e imaginação histórica, nenhum volume chegara perto dele até surgir este *tour de force* saído do Brasil. O tom de Singer, frio e sóbrio, de paixão mais contida que explicitada, difere bastante da ironia cáustica e da intensi-

dade metafórica de Marx, e os eventos em questão têm sido, ao menos até agora, menos sangrentos. O tipo de inteligência mobilizada e seu alcance são, porém, equivalentes.

A pergunta que Singer tenta responder é: por que a fórmula de poder construída com tanto sucesso por Lula se desintegrou de forma tão espetacular? O argumento inicial é de que não se trata de um caso comum de entropia no cargo. Dilma não era apenas uma imitação desajeitada que meteu os pés pelas mãos ao investir nas mesmas políticas de seu antecessor. Ela tinha objetivos próprios, que diferiam dos dele. Singer define esses objetivos como uma combinação de “desenvolvimentismo” e “republicanismo”. O primeiro, afirma, foi uma tentativa de acelerar o crescimento por meio de um uso mais ambicioso das ferramentas à disposição do Estado: controle da taxa de juros, empréstimos públicos, incentivos fiscais, tributos sobre importações, gastos sociais — em suma, um conjunto de políticas econômicas mais intervencionista que o aplicado pelo PT até então. Quanto ao segundo item, Singer se refere ao republicanismo no sentido clássico, reconstruído por J. G. A. Pocock: a crença, comum nos séculos XVII e XVIII, de que a corrupção era um perigo perpétuo para a integridade do Estado e a segurança dos cidadãos. Vigiar os corruptos seria uma condição para a liberdade. Nos pontos em que o reformismo de Lula fraquejou, o projeto de Dilma buscou ser mais forte.

Seu efeito, no entanto — segundo o argumento de Singer —, foi derrubar dois pilares críticos do sistema de Lula: a aliança com o capital financeiro e o pacto com o clientelismo. Com o objetivo de estimular investimentos, a “nova matriz econômica” de Dilma buscou favorecer a indústria nacional — que há muito reclamava das altas taxas de juros, da moeda sobrevalorizada, da fraca proteção aos fabricantes locais e dos dispendiosos insumos energéticos — na crença de que os interesses subjacentes dela a diferenciavam de bancos, corretoras de valores mobiliários e fundos de pensão que se beneficiavam desse quadro. No entanto, no Brasil, os diferentes setores do capital estavam embaralhados demais para que essa estratégia de separação funcionasse. Descrita pela mídia como estatismo antiliberal e intervencionista, foi mal recebida pelo setor privado. Novos investimentos não se concretizaram, o crescimento desacelerou, os lucros recuaram e as greves se multiplicaram. A federação patronal tornou-se extremamente hostil.

Enquanto isso, ao se recusar a participar do tradicional to-ma-lá-dá-cá da política brasileira e excluir do governo os ministros mais descaradamente comprometidos com esse esquema, Dilma passou a antagonizar com forças do Congresso das quais sua maioria parlamentar dependia e para as quais a corrupção era condição de existência. Após uma análise minuciosa das frações do capital, Singer situa essas tensões ao longo de uma impressionante visão de *longue*

durée da estrutura partidária no Brasil entre o pós-guerra e o presente. Nesse período todo, três componentes persistiram. De 1945 a 1964, ano em que os militares tomaram o poder, houve um partido na direita liberal do espectro, a União Democrática Nacional (UDN), representando banqueiros, classes médias urbanas e uma parte da oligarquia rural; um partido popular à esquerda do espectro, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com apelo junto à classe trabalhadora e aos pobres urbanos; e um partido intermediário, o Partido Social Democrático (PSD), ligado à classe latifundiária tradicional e a seus dependentes no campo e nas pequenas cidades. Singer chama esta última porção de “partido do interior”, uma força disforme, sem identidade ideológica que se possa distinguir — seja para a direita, seja para a esquerda ou para o centro —, que se move na mesma direção que apontarem o poder e os favores temporários, quer sejam estes democráticos, quer não. Vinte anos depois, após a saída dos militares, esse trio reapareceu na forma de PSDB, PT e PMDB. Nenhum dos dois primeiros poderia governar sem a assistência parasitária do terceiro, com sua rede abrangente e capilarizada de autoridades locais e controle quase ininterrupto da todo-poderosa Presidência do Senado. Qualquer indício de republicanismo iria frontalmente contra isso.

E o eleitorado do PT? Embora desde 1945 os polos vinculados a capital e trabalho fossem claramente discerníveis um do outro no sistema político, o conflito entre eles era determinado principalmente por um vasto subproletariado, urbano e rural, que vivia em condições pré-modernas e cuja existência afastava o sistema de um confronto de classes, de modo a empurrá-lo para uma oposição populista entre ricos e pobres na qual estes últimos estavam disponíveis para captura demagógica ou clientelista por parte tanto de políticos conservadores como de radicais. Em 2006, as políticas sociais de Lula já haviam reduzido drasticamente a pobreza, transformando essa massa — que em grande parte subsistia na economia informal — em bastião eleitoral do PT, depois herdado por Dilma. Milhões foram retirados da pobreza extrema e sabiam a quem deviam essa mudança. Instigado por jornalistas interessados e pela ideologia da época, o regime alardeava sua realização, no entanto, como sendo a criação de uma “nova classe média” no Brasil, quando na realidade a promoção social da maioria dos afetados era não só mais modesta — empregos formais e salários mínimos melhores alçaram essas pessoas a algo próximo de uma nova classe trabalhadora — mas também mais precária. Politicamente, argumenta Singer, o tiro da propaganda oficial saiu pela culatra: teve o efeito de estimular a identificação com o individualismo consumista da classe média real, e não com a classe trabalhadora.

Quando o crescimento passou a ser negativo, a mobilidade social inverteu o sinal para baixo, atingindo muitos daqueles que tinham

acabado de melhorar de vida. A frustração com essa quebra de expectativas foi particularmente acentuada entre os jovens que se favoreceram da expansão popular — ainda que não necessariamente refletida em aumento de qualidade — do ensino superior, outro dos benefícios trazidos pelo PT aos pobres, que agora percebiam ter sido levados a aspirar a empregos que lhes eram, de fato, inacessíveis. Ali estava a massa inflamável que teve papel fundamental no grande levante de rua de junho de 2013 — cerca de 1,5 milhão de pessoas em um único dia no auge dos protestos —, divisor de águas no destino de Dilma e de seu partido. A meticulosa decomposição que Singer faz dos participantes — com dados estatísticos nem sequer imaginados no tempo de Marx — mostra que 80% daqueles que marcharam nas manifestações eram jovens ou adultos jovens, abaixo de 40 anos de idade. Oitenta por cento tinham algum tipo de educação superior, contra 13% da população como um todo; no entanto, metade tinha renda na faixa de dois a cinco salários mínimos, sendo a linha de pobreza definida pelo limite inferior. Aqueles abaixo da linha, o subproletariado propriamente dito — que corresponde a metade da população —, participaram de forma marginal nos eventos, perfazendo menos de um sexto do total de manifestantes. O fator decisivo na evolução e no resultado dos protestos, porém, foi a capacidade do outro terço dos manifestantes, a verdadeira classe média, de conseguir que a metade que acreditava — ou aspirava a — também ser de classe média a apoiasse em uma indignação generalizada contra o governo e, mais ainda, contra a classe política em geral. Eram ativistas dinâmicos de uma nova direita juvenil mobilizando as mídias sociais para uni-los em uma só força. Estruturalmente, embora não sociologicamente, pode-se dizer que a insurreição de 2013 ocupa, na vívida narrativa de Singer, um lugar não muito diferente de *la pègre* no relato de Marx sobre 1848.

Os vencedores que capturaram o movimento e fizeram dele um trampolim para o que dois anos depois se transformaria em um ataque muito mais letal ao governo compunham as mais novas parcelas da classe média urbana das grandes cidades do centro-sul do país. As grandes empresas, a classe trabalhadora e os pobres haviam se beneficiado com os governos do PT. Profissionais liberais, gerentes de nível médio, prestadores de serviço e pequenos empregadores não. A renda destes aumentou proporcionalmente menos que a dos pobres, e seu *status* foi corroído por novas formas de consumo popular e mobilidade social, inspirando menor deferência. Acostumado a uma hierarquia social tradicional, com conotações fortemente baseadas na cor, e à disponibilidade do maior número de empregados domésticos *per capita* no mundo (mais de 7 milhões), esse estrato sempre foi um terreno fértil para a reação. Englobando, em termos formais, o setor “moderno” da sociedade brasileira, essa camada há muito tempo tinha

tamanho suficiente para vetar mudanças que pudessem tornar o restante do país menos atrasado. Se era grande o bastante para frustrar a inclusão social dos pobres no desenvolvimento nacional, era, em contrapartida, pequena demais para conseguir dominar as eleições desde que o sufrágio para o pleito presidencial se expandira no pós-guerra. Por isso, sempre se sentiu tentada a atropelar pleitos por meio de golpes. Em 1964, grande parte da classe média urbana havia conspirado com oficiais militares nesse sentido. Em 2016, montou um golpe parlamentar e derrubou a presidente segundo os termos da Constituição, em vez de rasgá-la.

Desta vez não foram as Forças Armadas, mas o Judiciário quem atuou como alavanca para uma virada de mesa que esse estrato não conseguiria promover se organizado apenas em termos eleitorais, fosse como partido, fosse como conjunto de partidos. Os magistrados, mais próximos da classe média civil do que dos militares em termos de carreira e cultura, eram aliados mais orgânicos nessa causa comum. Divergindo de ambas as caracterizações predominantes no Brasil, opostas uma à outra, quanto ao papel dos juízes na Lava Jato — para uns, destemidos algozes da corrupção que defendem imparcialmente o Estado de Direito; para outros, manipuladores implacáveis desse mesmo Estado de Direito, movidos por objetivos político-partidários —, Singer enxerga as ações do Judiciário como, ao mesmo tempo, genuinamente republicanas na prática, mas inequivocamente facciosas no direcionamento. Republicanas: de que outra maneira seria possível descrever o encarceramento dos mais ricos e poderosos magnatas da nação? Não sem razão, outra das operações da Lava Jato foi batizada de “Que País É Esse?”, em razão da resposta indignada de um chefe da Petrobras ao ser preso. Facciosas: como descrever a caçada sistemática ao PT, enquanto outros partidos eram poupados, até que Dilma enfim caísse? Sem falar no compartilhamento desenfreado de simpatias e antipatias políticas no Facebook, das fotos sorridentes de Moro com penduricalhos do PSDB e de todo o resto. A incoerência se revelava um nó inextricável, entrelaçado às contradições do próprio PT: os juízes seriam “facciosos e republicanos”, o partido foi “criado para mudar as instituições e engolido por elas” (Singer, 2018, p. 295).

Tendo exposto o curso que Dilma tomou ao assumir o poder, os obstáculos econômicos e legislativos que se lhe impuseram, o sistema partidário que o envolvia, o conjunto de forças de classe que o confrontavam e o cerco judicial que acabou por interrompê-lo, Singer conclui com uma bem delineada narrativa da sequência de movimentos e contramovimentos de atores políticos individuais durante a azáfama que precedeu o impeachment. Nesse ponto, as personalidades ganham peso. Dilma tinha intenções mais que honrosas: queria fomentar, e não apenas preservar, os ganhos sociais alcançados pelo PT sob Lula e

descolá-los das maquinações que os viabilizaram. Passou a compen-sar com rigidez o desconforto que sentia com a política, e, embora em particular se mostrasse descontraída e simpática, no exercício do cargo não tolerava críticas nem conselhos. Para Singer, ela deve ser responsa-bilizada por dois equívocos fatais e evitáveis, ambos em ocasiões em que se recusou a dar ouvidos a seu mentor. O primeiro foi a decisão de concorrer a um segundo mandato presidencial, em 2014, em vez de abrir espaço para a volta de Lula, que esperava e desejava isso. Vaidade condenável ou orgulho natural da autonomia de seu projeto? A certa altura, Lula admitiu publicamente que seria candidato se houvesse pe-rigo de o PSDB voltar, o que logo se anunciou. A indelicadeza, porém, não fazia parte do estilo pessoal do ex-presidente: Lula nunca tratou da questão diretamente com ela. A convenção política no Brasil, como nos Estados Unidos, diz que um presidente em exercício concorre a um segundo mandato, e Lula respeitou isso.

O segundo erro atribuído à Dilma foi rejeitar um acordo com Cunha para se salvar do impeachment, algo que Lula acreditava ser necessário e buscou concretizar. Para Singer, aí reside uma diferen-ça fundamental de personalidade. Politicamente, Lula verga, mas não quebra; já Dilma quebra, mas não verga. Os chantagistas, disse ela, nunca se satisfazem: quem cede a chantagista uma vez acaba tendo de ceder sempre. Sem ser tão explícito, Singer fica do lado de Lula. A política como vocação, escreveu Weber, requer a aceitação de “parado-xos éticos”. Citando o sociólogo alemão, Singer sugere que se tratava de uma “obrigação” — palavra dele — que Dilma recusou. Obrigação porque as consequências de não ceder seriam gravíssimas. Ao resistir obstinadamente, Dilma abriu as portas para um “retrocesso nacional de tamanho imprevisível” (Singer, 2018, p. 295).

De resto magistral, essa reconstrução da queda de Dilma traz con-clusões que soam questionáveis. Pode-se dizer que Singer é, ao mesmo tempo, acrítico e crítico demais em relação a Dilma. Algo que depõe contra a atribuição, à ex-presidente, de um republicanismo inequívoco, ao menos no início, são os dois conselheiros-chave que ela escolheu na primeira corrida presidencial e que assentou a seu lado assim que venceu. O primeiro, responsável por sua campanha e depois nomeado ministro-chefe da Casa Civil em Brasília, foi o político mais notoriamente corrupto das fileiras do PT, Antonio Palocci. Xodó dos empresários quando ministro da Fazenda de Lula, foi forçado a renunciar depois de um escândalo particularmente desagradável em 2006.² Sua reparaçãõ em 2010 foi saudada com entusiasmo pela *The Economist*, mas logo se descobriu que, no meio-tempo, ele havia amealhado uma enorme for-tuna com serviços de consultoria e operações imobiliárias, e Dilma pre-cisou se livrar dele. Previsivelmente, essa figura abjeta foi o único líder do PT a se transformar, mais tarde, em delator da Lava Jato. Depois de

[2] Lula negou ser responsável pela escolha de Palocci para a Casa Civil em 2014: teria sido uma opção de Dilma, da qual ele discordava (Silva, 2018, p. 35).

sua partida, João Santana permaneceu ao lado dela: foi seu conselheiro mais íntimo e, segundo vários relatos, tinha grande influência sobre suas decisões. Ex-compositor de um grupo que chegou a tocar como banda de apoio de Caetano Veloso, depois um reconhecido repórter investigativo, tornando-se, enfim, um marqueteiro muito bem pago — gerente de campanhas comerciais e criador de marcas de todo tipo —, Santana foi lançado na órbita do *marketing* por Palocci na cidade natal deste e passou a prestar serviços em escala internacional; teve, entre seus clientes, o bilionário presidente saqueador de Angola, José Eduardo dos Santos. Santana durou seis anos com Dilma, até que a Lava Jato o pegasse por uma propina de 10 milhões de dólares depositada no Panamá. Como mercenário que é, Santana também trocou leniência por delação. Em ambos os casos, a avaliação de Dilma foi pouco republicana. Embora não fosse ela própria um produto do PT, ao qual só se filiou em 2001, ela não conseguiu escapar ao *habitus* do partido.

Por outro lado, as críticas de que Dilma teria prejudicado o partido ao não passar o bastão para Lula em 2014 e colocado o país em risco ao recusar o pacto com Cunha, pedido pelo ex-presidente em 2016, implicam dois contrafatuais que seriam desafiados pela lógica da situação histórica. Se Lula, em vez de Dilma, tivesse concorrido contra Aécio em 2014, certamente venceria por uma margem mais ampla e dificilmente promoveria uma guinada tão abrupta e desajeitada à austeridade como a que ela fez, afastando-se dos pobres. Porém, a conjuntura econômica não permitia repetir o estímulo que lhe possibilitou surfar a onda da crise financeira global de 2008 como se fosse uma “marolinha” no Brasil. O superciclo das *commodities* havia se encerrado, e todos os índices econômicos apontavam para baixo: as *poison pills* deixadas por sua própria administração estavam sendo consumidas. Além disso, a tempestade da Lava Jato teria atingido sua presidência com uma força ainda maior que no caso de Dilma. Pessoalmente, ele estava muito mais exposto ao ataque. Não haveria necessidade de recorrer a técnicas orçamentárias para aprovar um impeachment: a torrente de injúrias seria certamente mais furiosa, alimentada por um clamor ainda mais ensurdecido das ruas e telas. As habilidades políticas de Lula para lidar com o Congresso talvez o salvassem de um destino de que já fora poupado antes, na época do mensalão. No melhor cenário, conseguiria se arrastar até o fim do mandato, mas ao preço de passar três anos “algemado” a Cunha em meio a tamanha reprovação moral e política que a retribuição nas urnas em 2018 seria ainda mais devastadora. Não só Dilma como o próprio PT tinham boas razões para rejeitar o pacto com Cunha. O preço em termos de credibilidade, já muito abalada, era demasiado alto, e o retorno, demasiado fugaz.

Os juízes, é claro, reservavam a Cunha um nível de tolerância apenas minimamente superior — e só enquanto ele fosse o guardião das

chaves do impeachment — ao concedido à figura pública que tinham como alvo principal. O relato que Singer faz da perspectiva e do impacto dos magistrados da Lava Jato é um exemplo de análise equilibrada. Ainda assim, deixa duas questões em aberto. Republicano, mas faccioso, sim: qual seria, no entanto, o equilíbrio final entre os dois polos — teriam igual efeito? Além disso, seriam esses os únicos elementos presentes na composição do Judiciário brasileiro? Singer enfoca o grupo de Curitiba. Este, porém, operava dentro de um sistema jurídico que o antecedia e o superava. Ali, a importância decisiva recaiu sobre a relação entre polícia, promotores e juízes. Formalmente, essas instâncias são independentes umas das outras. A polícia reúne indícios, os promotores apresentam acusações, os juízes emitem veredictos (no Brasil, os júris existem apenas para casos de homicídio). Na prática, porém, a Lava Jato fundiu essas três funções em uma, com promotores e policiais trabalhando sob a supervisão de um juiz que controlava investigações, definia acusações e emitia sentenças. A negação de princípios básicos de justiça em um sistema assim, mesmo que Moro não tivesse descartado a presunção de inocência, é patente: não há mais distinção entre os poderes de acusação e de condenação.

A esses poderes, além disso, somaram-se outros três. A delação premiada introduziu a prática, estendida a promotores, de ameaçar pessoas presas preventivamente com a aplicação de sentenças pesadíssimas, a menos que impliquem indivíduos de interesse para a investigação: na prática, chantagem judicial. A escala de abuso à qual um poder dessa magnitude dá margem pode ser avaliada a partir do tratamento concedido ao mais rico magnata capturado pela Lava Jato. Marcelo Odebrecht foi condenado a dezenove anos de prisão por envolvimento em um esquema de corrupção da ordem de 35 milhões de dólares. Depois de se tornar informante, cumpriu apenas dois anos e meio e foi libertado sem mais delongas. O incentivo para fornecer quaisquer acusações que possam ser úteis em outros casos em que o magistrado esteja trabalhando é óbvio. Os juízes podem até oferecer anistia. Outra mudança foi a abolição da regra segundo a qual um acusado só poderia ser preso depois que todos os níveis de recurso fossem esgotados.

Por último, mas não menos importante, a partir do julgamento de mensalão adotou-se o conceito do domínio do fato — condenação na ausência de qualquer prova direta de participação em um crime, sob a alegação de que o acusado foi necessariamente responsável por ele. Essa foi a base para a condenação do ministro da Casa Civil de Lula, José Dirceu: sua posição hierárquica como chefe da administração política em Brasília. O conceito origina-se no princípio de *Tatherrschaft*, desenvolvido pelo jurista alemão Claus Roxin para crimes de guerra nazistas. Roxin, porém, protestou contra o mau uso do conceito no Brasil: em sua definição, a posição organizacional não bastaria para

imputar o crime; seria preciso haver algum indício conclusivo de comando (Scocuglia, 2014). Moro, no entanto, ignorou até mesmo a hierarquia organizacional ao recorrer ao domínio do fato para condenar Lula pela intenção de receber um apartamento da Odebrecht, imóvel que ele nunca usou e do qual nunca foi proprietário. O bem pelo qual Lula foi condenado a doze anos de cadeia valia 600 mil dólares: mais de dois terços da punição de Odebrecht por menos de 2% do valor pelo qual o empreiteiro foi condenado. As proporções falam por si.

Em tais casos, processados em Curitiba, valeu a combinação de zelo republicano e viés faccioso. Subindo a escada legal até chegar a Brasília, onde o Supremo Tribunal Federal ocupa o degrau mais alto, não se pode dizer o mesmo. Lá, nem o rigor ético nem o fervor ideológico estão à vista: as motivações são de ordem por completo diversa, mais sórdida. Diferentemente de seus homólogos em qualquer lugar do mundo, o STF reúne três funções: interpreta a Constituição, atua como última instância de recursos em casos civis e criminais e, ponto crucial, é o único com poder para julgar autoridades — membros do Congresso e ministros —, que, de resto, gozam de imunidade em todos os outros tribunais do país — o chamado foro privilegiado. Seus onze membros são indicados pelo Executivo, e a confirmação deles pelo Legislativo, ao contrário do que ocorre no Estados Unidos, é mera formalidade. Não se exige experiência anterior na magistratura — apenas três dos ministros atuais a têm. A mera prática como advogado ou promotor, mais um leve verniz acadêmico, é o histórico mais habitual.

Embora feita pelo governo em exercício, a seleção tradicionalmente se baseia menos em afinidade ideológica do que em conexões pessoais: do lote atual, um ministro é ex-advogado de Lula, outro é velho amigo de FHC, um terceiro, primo de Fernando Collor de Mello — mais um presidente da República caído em desgraça. O volume de casos a cargo do tribunal é grotesco: mais de 100 mil novos casos apenas em 2017, distribuídos por sorteio para consideração preliminar de um juiz individual, investido com poderes — e nenhuma outra corte máxima no mundo tem algo parecido — para interromper ou apressar um caso como bem entender, atrasando alguns por anos e acelerando outros vertiginosamente. Na prática, não há prazos. Quando um caso é liberado para decisão pelo plenário, as audiências são não apenas públicas, como também — outra característica única — televisionadas ao vivo, caso o presidente do tribunal ache adequado. Nessas sessões, sai o decoro, entra o exibicionismo.

No período em que a pressão pelo impeachment começava a aumentar, oito dos onze juízes do tribunal haviam sido escolhidos por Lula ou Dilma. Como, no entanto, as nomeações raramente eram políticas em sentido partidário, apenas um dos ministros — o amigo íntimo de FHC, Gilmar Mendes — tinha perfil ideológico bem definido: defensor

do PSDB. O restante não apresentava coloração política específica; egoísmo e oportunismo os definiriam melhor que qualquer outro “ismo”. Quando, a partir do mensalão, a terceira função do tribunal — o julgamento de políticos — ganhou importância inédita, aqueles que deviam sua nomeação a Lula e Dilma passaram a se empenhar para demonstrar independência do PT. Foi o primeiro negro a integrar a corte, Joaquim Barbosa, colocado lá por Lula, quem proferiu sentenças de dureza sem precedentes contra membros do PT no julgamento do mensalão. Os eventos depois mostraram, porém, que se tratava não de independência como busca de uma justiça imparcial, e sim da substituição de uma dependência de caráter meramente nominal em relação aos padrinhos por uma submissão mais sintomática à mídia.

Desde o início, o grupo em Curitiba recorreu a vazamentos e histórias plantadas na imprensa para interferir no devido processo legal, de modo que seus alvos fossem condenados pelo tribunal da opinião pública, segundo a sabedoria popular brasileira — válida, claro, no mundo todo — de que “opinião pública é aquilo que é publicado”. Tais vazamentos são juridicamente proibidos. Moro os empregou impune e sistematicamente. E pôde fazê-lo porque a mídia, usada por ele como megafone, intimidava os juizes do STF, que temiam denúncias contra si mesmos caso criassem dificuldades. Ao ser instruído por um ministro do Supremo para que libertasse, com base em um *habeas corpus*, um diretor da Petrobras que estava preso, Moro simplesmente afirmou à mídia que, se assim fosse, também deveria libertar traficantes de drogas. O superior imediatamente recuou. E quando cometeu nada menos que três infrações legais ao grampear o telefonema entre Lula e Dilma e, depois, vazou o conteúdo da conversa, Moro recebeu uma reprimenda leve do mesmo juiz e rebateu que havia agido no interesse público. Como àquela altura já era saudado pela imprensa como herói nacional, Moro não levou sequer um tapinha na mão.

Covarde no trato de ilegalidades ocorridas em instâncias inferiores, o tribunal não exibiu melhor desempenho quando atuava no andar de cima — servilismo e corporativismo pareciam competir entre si. Quando o procurador-geral apresenta uma acusação contra um membro do Congresso ou do governo, o tribunal determina se deve levá-la a julgamento ou não, decisão que exige ratificação do Congresso para ser executada. Acusações foram apresentadas contra Cunha assim que suas contas suíças foram reveladas. O Supremo não se mexeu por seis meses, esperando que ele fizesse o impeachment andar. Então, não só aceitou a acusação da noite para o dia como, ansioso por disfarçar a própria inação, ordenou que o político fosse sumariamente deposto da Presidência da Câmara, ação para a qual carecia de autoridade constitucional. Como Cunha observou com precisão cínica: “Se havia urgência, por que levou seis meses?” (Prazeres, 2016). Quando um senador do

PT — antes filiado ao PSDB — foi flagrado em uma gravação discutindo maneiras de livrar da prisão um diretor da Petrobras, o tribunal agiu com a velocidade da luz, prendendo-o em 24 horas. Por quê? Para encobrir o próprio constrangimento: o senador tinha dado a entender que fizera um acordo com os juízes. Seu destino? Depois de oferecer uma delação, viu as acusações contra ele serem silenciosamente engavetadas e voltou ao Senado. Ao mostrar total falta de princípios, um tribunal que deveria ser o poder moderador de tensões na Constituição tornou-se — conforme observou um crítico, mas usando uma palavra mais forte que a dele — o abcesso que as gerava (Mendes, 2018).³

Dilma segurou-se no cargo por menos de dezoito meses antes de ser despejada do Palácio do Planalto. Seu segundo mandato passara em branco em termos de realizações. A fase tomada por Temer durou o dobro e foi, de modo geral, mais consequente. Agindo com rapidez e determinação que escancararam o grau de planejamento por trás do impeachment, o novo regime em pouco tempo conseguiu a aprovação de projetos exemplares de política neoliberal, alterando a constituição econômica do país de uma tacada só. Um mês após o afastamento provisório de Dilma, uma lei que congelava gastos sociais por vinte anos — sem aumento além da taxa de inflação — seguiu para avaliação do Congresso. Uma vez aprovada, com maioria de dois terços, foi a vez de a legislação trabalhista do país ir parar no lixo: o limite legal da jornada de trabalho passou de dez para doze horas, o intervalo de almoço pôde ser reduzido de uma hora para trinta minutos, a proteção dos funcionários — tanto para o regime de tempo integral como para meio período — diminuiu, e as contribuições sindicais obrigatórias foram abolidas, entre várias outras desregulamentações do mercado de trabalho. As novas regras deram sinal verde à terceirização de atividades-fim e a contratos de trabalho intermitente. Seguiu-se a isso a proposta para uma reforma radical das aposentadorias, que elevava contribuições e a idade mínima a fim de cortar custos de previdência social determinados constitucionalmente. Tudo em nome da redução da dívida pública. Como os beneficiários dos pagamentos mais polpudos no sistema vigente vêm dos altos escalões da burocracia e da classe política, essa era uma proposta mais capciosa.

Antes que a reforma fosse votada, contudo, Temer esteve muito próximo de seguir o mesmo caminho de Dilma. No primeiro semestre de 2017, ele foi gravado na garagem do Palácio do Jaburu em uma reunião secreta com Joesley Batista, homem forte da megacorporação JBS que estava colaborando com a polícia; eles discutiam um pagamento para calar Cunha, que acabara de ser sentenciado e poderia denunciá-lo por envolvimento em uma série de esquemas de corrupção. A gravação foi transmitida em rede nacional pela Globo, causando alvoroço sem precedentes. Na mesma semana, um as-

[3] Trata-se do melhor retrato do atual Supremo.

essor de Temer foi mostrado recebendo uma mala contendo 500 mil reais de um emissário de Batista. Para que o Supremo Tribunal pudesse agir em relação às acusações imediatamente imputadas ao presidente pelo procurador-geral, dois terços da Câmara deveriam autorizar a abertura de processo. Sem o menor sinal de constrangimento, a maioria livrou Temer de qualquer investigação.

Dois meses depois, o procurador-geral enviou ao Supremo uma denúncia muito mais ampla contra Temer e seis outros líderes do PMDB, três dos quais já trancafiados — um dos quais capturado com o maior volume de dinheiro da história, 51 milhões de reais em espécie, em casa. Mais uma vez, a Câmara bloqueou qualquer ação. Em outubro de 2018, um ano depois da rejeição da denúncia, explodiu um terceiro grande escândalo: a Polícia Federal acusou Temer de envolvimento em um esquema de corrupção de longa data no porto de Santos. Naquela altura, paralisado politicamente após mais de um ano tentando se proteger, e mesmo tendo sobrevivido a todas essas revelações, Temer não tinha mais agenda de governo. O plano de estabilização convencional que acompanhou suas medidas neoliberais iniciais havia posto fim à recessão iniciada sob Dilma, mas a retomada era fraca — crescimento anêmico, padrão de vida achatado, 13 milhões de desempregados. Com a credibilidade de Temer abaixo de zero, seu partido escolheu o ministro da Fazenda que havia comandado a recuperação para concorrer à Presidência em 2018. Ele obteve 1% dos votos. No entanto, esse intervalo silencioso também havia aberto o caminho para o *obbligato* agudo que viria a seguir.

II.

Em meados de 2016, o governo do Partido dos Trabalhadores havia afundado sob o duplo fardo da deterioração econômica e da corrupção política. No fim de 2017, porém, o MDB havia caído ainda mais baixo nas pesquisas, pelas mesmas razões. Como o PSDB fazia parte da base de apoio a Temer e tinha membros proeminentes no governo, também não escaparia do mau cheiro — Aécio, seu presidente, também havia sido gravado exigindo uma grande propina da JBS e, assim como Temer, só havia se esquivado de um julgamento pelo STF porque contou com a proteção de um Congresso cheio de aliados. Nesse cenário de terra arrasada, Lula — apesar da sentença que lhe pesava, ainda em fase de recurso — continuou sendo, com folga, o político mais popular do país e, se nada fosse feito a respeito, o provável vencedor na eleição presidencial que se aproximava. Com uma velocidade nunca vista — o tempo médio para se julgar um recurso foi reduzido em 75% para afastar qualquer perigo —, o veredito que não apenas confirmou a sentença como a aumentou foi emitido em janeiro de 2018. Os advogados conseguiram adiar a prisão de Lula por pouco mais de dois

meses, período em que o ex-presidente concedeu um conjunto de três longas entrevistas depois publicadas em livro, *A verdade vencerá*. O título é enganoso, pois sugere uma possível refutação das acusações contra Lula — pouco mencionadas em um volume que acaba se revelando um autorretrato memorável, muitas vezes comovente, de um político com intuição excepcional e inteligência pragmática, que explica por que havia tanta resistência das elites brasileiras a seu retorno ao poder.

Como governante, o estilo operacional e o credo político de Lula eram um só. Tratava-se de um sindicalista que tinha aprendido no início dos anos 1980, como ele mesmo diz, “a não fazer pauta de reivindicação dizendo: ‘80% ou nada’. Porque a gente ficava sem nada”. Ao se tornar presidente de uma sociedade imensa e complexa, em 2003, Lula tinha consciência de que não podia “lidar com um país querendo que ele seja o que eu sou” (Silva, 2018, p. 85). Resulta daí que governar é negociar. Na oposição, era possível ter princípios. Quando, porém, se vence a eleição e não se tem maioria no Parlamento — algo de que nenhum presidente brasileiro desfrutou em anos —, “você tem que colocar os teus princípios na mesa para torná-los exequíveis” (Silva, 2018, p. 136). Isso significava lidar tanto com adversários como com aliados, que sempre queriam algo em troca — cargos, principalmente. Todos os predecessores tiveram de fazer o mesmo. O PMDB nem era o pior desses parceiros; vinte partidos intermediários menores, que poderiam se somar e formar uma maioria no Congresso, precisavam ser afagados. “Você faz acordo com quem está lá, no Congresso. E, se quem está lá é ladrão, mas tem voto, ou você vai ter coragem de pedir, ou vai perder” (Silva, 2018, p. 137). Dilma deveria ter feito um acordo com Cunha. Não havia alternativa viável.

Porém, negociação era uma coisa, conciliação, outra. Perguntado se não teria sido excessivamente conciliatório como presidente, Lula respondeu de forma enfática. “Eu sempre entendi que um governo de conciliação é quando você pode fazer mais e não quer fazer. Agora, quando você só pode fazer menos e acaba fazendo mais, é quase que o começo de uma revolução — e foi o que fizemos neste país” (Silva, 2018, p. 28). Lula cedeu apenas quando a situação exigiu. O PT detinha menos de um quinto dos assentos no Congresso. Se tivesse controlado o governo de 23 estados e a maioria da Assembleia Constituinte, como o PMDB em 1988, Lula teria concedido menos e realizado muito mais. Mesmo assim, “demos um padrão de vida para o povo que muitas revoluções armadas não conseguiram — e em apenas oito anos” (Silva, 2018, p. 144). Lula terminou seu segundo mandato com a popularidade nas alturas. Seu orgulho, no entanto, não foi ter sido um presidente popular. “Eu tenho mais orgulho é do fato de ter mudado a relação do Estado com a sociedade e do governo com a sociedade. O que eu quis como presidente foi fazer com que os mais pobres deste país se imaginassem no meu lugar. E isso foi conseguido” (Silva, 2018, p. 141).

É uma declaração impressionante. Sua amplidão de mente e de senso, além da sagacidade, emerge vívida nas entrevistas. Autocrítica não há. Lula elegeu o sucessor errado? Escolheu Dilma porque era dura e eficiente como chefe da Casa Civil, o que garantia ao presidente paz e tranquilidade no Palácio do Planalto. Lula sabia que Dilma era politicamente inexperiente, mas acreditava que ela acabaria aprendendo, por ter mais instrução que ele. Só depois percebeu que ela não gostava de política — ainda assim, a escolha não fora um equívoco. Uma possível suposição que ele não admite nas entrevistas é a de que, como novata, Dilma seria mais fácil de controlar que os quadros mais experientes do partido. Tampouco deixa transparecer, sintomaticamente, que o estratagema de obter apoio de mercenários no Congresso impôs, mais que limites à ação de Lula (o que ele admite), custos ao próprio partido, na medida em que a legenda se infectou com esse contato (o que ele não admite). Aplicado ao plano da política nacional, o modelo de negociação econômica trazido por Lula de sua origem sindical perdeu inocência e gerou ilusão. Acordos salariais não envolvem pagamento de propinas para empregadores. Além disso, onde o poder está em jogo, é improvável que os adversários apostem contra a banca.

Em um último e pungente diálogo ao fim das entrevistas, quando Lula disse que, se voltasse ao poder, faria mais — iria mais longe — e que seus oponentes sabiam disso, perguntaram-lhe se acreditava que um retorno ainda era possível àquela altura — Lula estava a um mês de começar a cumprir a pena de doze anos. Sua resposta foi melancólica: “Ah, eu quero voltar. Depende de Deus me deixar vivo, me dar saúde. E depende da compreensão dos membros do Poder Judiciário que vão votar, de se preocuparem em ler mesmo os processos para saberem a sacanagem que está sendo feita” (Silva, 2018, p. 143). Até o fim, Lula acreditou que seria possível chegar a um acordo que lhe permitisse concorrer à Presidência: foi isso que encerrou as negociações. Ele havia subestimado os inimigos, o que foi fatal. Estavam determinados a destruí-lo. Em abril de 2018, chegou ao Supremo um pedido final de *habeas corpus*, que teria permitido sua participação nas eleições. A Constituição brasileira afirma que nenhuma condenação criminal pode ser executada até que seja definitiva — ou seja, até que se tenham esgotado todas as instâncias de apelação —, e no caso de Lula ainda havia dois níveis de recurso possíveis. Um comandante do Exército alertou que lhe conceder *habeas corpus* ameaçaria a estabilidade do país, cuja defesa era dever das Forças Armadas. Depois disso, os juízes cumpriram, solertes, sua obrigação: derrubaram o princípio constitucional por seis votos contra cinco, barrando a candidatura de Lula.⁴

Com a arena desimpedida, o novo favorito à Presidência passou a ser o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, governador de São Paulo havia anos. Figura insossa e sem carisma, Alckmin perdera para Lula

[4] O sexto e decisivo voto veio de Rosa Weber, juíza indicada por Dilma. A ministra explicou que sua “convicção individual” deveria dar lugar à “razão institucional”: a caserna se fizera ouvir.

em 2006, mas estava menos comprometido com Temer que seus rivais no partido, além de contar com ampla aceitação do empresariado. O PT estava paralisado, incapaz de subir ao ringue por seguir insistindo, apesar da clara impossibilidade, em que Lula fosse candidato. Nas primeiras pesquisas de opinião, um nome inesperado liderava com modestos 15%: Jair Bolsonaro, deputado de atuação individualista, tão isolado que recebeu apenas 4 votos, de 513, quando disputou a Presidência da Câmara em 2017. Sua posição marginal no Congresso, porém, não era necessariamente uma desvantagem na disputa pela Presidência do país. Sem ter pertencido a nenhum dos principais partidos do Congresso — transitou entre sete menores — nem ocupado cargos no governo, Bolsonaro não podia ser responsabilizado por apuros econômicos nem por participar de velhos esquemas de corrupção, estando livre, portanto, para associar uma coisa à outra e culpar toda a classe política por ambas. No entanto, seus elogios à ditadura militar e aos torturadores a ela ligados, permeados por insultos generalizados, pareciam empecilhos tão evidentes que havia consenso de que, uma vez iniciada a campanha, Bolsonaro seria relegado ao grupo dos candidatos nanicos.

Alckmin, por outro lado, tinha apoio não apenas do PSDB mas de todo o chamado “centrão”, um atoleiro de partidos menores de que Lula reclamara; esse grupo lhe oferecia metade do tempo total de TV destinado à propaganda eleitoral gratuita — no passado, algo tido como um recurso valiosíssimo. Esperava-se que, com isso, Alckmin superasse Bolsonaro e os outros rivais com folga. Sete debates televisivos envolvendo todos os candidatos com representação mínima no Congresso estavam agendados para acontecer durante a campanha. Ao começarem, em agosto, desnudaram as fraquezas de Bolsonaro: mal preparado, pouco à vontade, ineficaz. Quanto mais exposto, mais precário se revelava. Na primeira semana de setembro, porém, esse perigo foi subitamente afastado. Esfaqueado por um homem com transtornos psiquiátricos durante um comício no interior e levado às pressas ao hospital para uma operação de emergência, Bolsonaro passou o resto da campanha eleitoral em segurança, acamado durante a recuperação e protegido não apenas de debates e entrevistas como da demolição que os marqueteiros de Alckmin haviam preparado para as inserções televisivas — a solidariedade por alguém que quase perdera a vida agora impossibilitava ações que pudessem soar deselegantes.

O PT, por sua vez, desperdiçara meses protestando à toa para que Lula continuasse candidato, o que impediu o partido de ter ao menos presença simbólica nos primeiros debates. Apenas cinco dias depois de Bolsonaro ter sido afastado dos debates é que o partido decidiu aceitar a realidade e apresentar um candidato apto a concorrer. A escolha foi ditada por Lula. Fernando Haddad havia sido, por seis anos,

ministro da Educação, cargo em que obteve amplo reconhecimento, tendo sido responsável por uma das maiores conquistas do governo petista: a expansão do sistema universitário e do acesso a ele pelos mais pobres. Jovem e afável, poderia ter sido um sucessor muito melhor e mais lógico do que Dilma. No entanto, começava em desvantagem: era de São Paulo, onde velhos e poderosos pesos-pesados do PT detinham muita influência e zelavam pela própria primazia; vinha de um campo do partido à esquerda do centrismo de Lula; e era um acadêmico — formado em filosofia e economia, lecionava ciência política — em meio a sindicalistas que desconfiavam de professores universitários.

Em 2012, porém, Haddad havia sido eleito prefeito de São Paulo. E logo se desentendeu com Dilma, que se recusou a ouvir seus apelos para elevar o preço dos combustíveis em vez de levá-lo a impor tarifas de ônibus mais altas na cidade, fato que desencadeou os protestos de 2013 — em viagem oficial a Paris quando as manifestações começaram, Haddad de início reagiu a elas com críticas e algum descaso. Ali começava a ruína de Dilma e terminavam as chances de Haddad se reeleger (Haddad, 2017, pp. 28-37).⁵ O então prefeito continuou sem nenhuma base significativa dentro do PT, cujos membros tinham motivos para desconfiar dele. Já em 2003, num artigo profético escrito quando o partido assumiu o poder, Haddad alertava que, em vez de livrar o Estado brasileiro daquele patrimonialismo antigo e profundamente enraizado, o PT corria o risco de ser capturado por ele. Não se trataria, então, ao contrário do que pensavam FHC e outros, de um cenário em que o capitalismo moderno faria uso dos arcaísmos de uma sociedade de origem escravista, mas do oposto: um sistema oligárquico arcaico que se apropriava do capitalismo moderno naquilo que lhe fosse de uso instrumental, preservando o padrão tradicional de poder ao saturar a autoridade pública com seus interesses privados (Haddad, 2003). Em 2018, em meio ao naufrágio patrimonial que havia arrastado o PT, a presciência e a honestidade do ex-prefeito se sobressaíam. Ciente de sua integridade e visão, Lula o impôs ao partido.

A campanha que se seguiu foi estranhamente assimétrica. Além de entrar tarde na disputa, Haddad sofria com as circunstâncias da nomeação. Faltando menos de um mês para o primeiro turno, ele precisava estabelecer um perfil nacional próprio, para rebater acusações de que seria um mero “poste” de Lula e, ao mesmo tempo, beneficiar-se ao máximo da popularidade e do prestígio que o ex-presidente ainda carregava. Logo ficou claro que ele e Bolsonaro se enfrentariam no segundo turno, mas não houve confrontação direta entre os dois. Haddad percorreu o país, dirigindo-se a multidões, enquanto Bolsonaro ficou em casa, twitando. A quinze dias do primeiro turno, ocupavam o mesmo patamar nas previsões para o segundo. Então, na reta final, Bolsonaro disparou, chegando a uma

[5] Ver relato detalhado e revelador das relações com Dilma quando Haddad era prefeito em Haddad (2017), pp. 28-37.

vantagem de 46% a 29%. Com uma diferença tão grande, o desfecho do segundo turno já estava definido. O *establishment* brasileiro se uniu em torno do futuro vencedor. Haddad lutou bravamente e chegou a diminuir a diferença pela metade. O resultado final, porém, não deixou dúvidas quanto à dimensão do triunfo de Bolsonaro. Venceu por 55% a 45%, sendo vitorioso em todos os estados e todas as grandes cidades do país, exceto no Tocantins, no Pará e no Nordeste, reduto do PT; em todas as classes sociais, salvo as mais baixas, com renda inferior a dois salários mínimos mensais; em todas as faixas etárias, exceto na coorte entre 18 e 24 anos; e cerca de metade dos votos entre as mulheres. Em todo o país, a direita comemorou nas ruas. Isso não quer dizer que tenha havido grande corrida às urnas. Ainda que o voto seja obrigatório no Brasil, cerca de um terço do eleitorado — 42 milhões de eleitores — optou por se abster, o maior índice em vinte anos (*O Globo*, 2018). O número de votos nulos foi 60% maior que em 2014. Alguns dias antes, uma pesquisa de opinião consultou os eleitores sobre seu estado de espírito: 72% responderam estar “desanimados”; 74%, “tristes”; e 81%, “inseguros” (Angiolillo, 2018).

Essa última resposta trazia, muito provavelmente, a chave para entender a avalanche de votos em favor de Bolsonaro. A partir de 2014, a recessão foi decisiva para esvaziar o apoio ao PT; e a corrupção, que pouco incomodou os pobres enquanto seus padrões de vida subiam, passou a incomodar quando o nível de vida caiu e uma coisa pôde ser ligada diretamente à outra, com o auxílio diário de animações televisivas que mostravam grandes tubulações de esgoto vertendo dinheiro — metáfora da Lava Jato para os recursos desviados de hospitais, escolas e creches. O substrato das reações populares a esse discurso, no entanto, era a insegurança física e existencial. Sabidamente, a violência cotidiana — tradicional no Nordeste feudal, moderna no Sudeste desde a chegada do tráfico de drogas — ceifa 60 mil vidas por ano, uma taxa de homicídios que excede a do México. A polícia é responsável por 10% dessas mortes. Menos de 10% dos assassinatos são elucidados, mais de 90% são cometidos com impunidade. Mesmo assim, as prisões estão apinhadas: são 720 mil encarcerados. Dois quintos dos condenados à prisão provisória aguardam julgamentos que podem levar dois, três ou mais anos para acontecer. Quase metade da população é branca; 70% dos assassinados e 70% dos presos, não. Com as drogas, vieram as facções criminosas, entre as mais poderosas do mundo. Em 2006, o Primeiro Comando da Capital (PCC) fez com que grandes áreas da cidade de São Paulo baixassem as portas durante um levante contra a polícia, organizado a partir das celas dos líderes. Com a disseminação das drogas, o crime de rua de tipo mais artesanal que organizacional também se alastrou. São poucas as famílias de classe média que nunca tiveram contato com alguma forma de violência ur-

bana. Ainda assim, estão mais bem protegidas: nas regiões onde os assaltos armados são ocorrências comuns, pobres roubam de pobres.

Nessa selva, a polícia é o mais implacável dos predadores. Dividida em um ramo militar e outro civil, numa proporção de cerca de três policiais para um, é uma força estadual, não federal. À sua margem, proliferam as “milícias” informais, compostas por ex-policiais que atuam como seguranças privados ou à custa do tráfico de drogas. A Polícia Federal — um grupo menor, com um décimo do efetivo da Polícia Militar à disposição dos governadores de São Paulo e do Rio de Janeiro — é destinada principalmente ao controle de fronteiras e de crimes do colarinho branco. A promoção na carreira depende do número de prisões feitas, com base em práticas policiais que mal diferenciam venda de consumo de drogas nem exigem testemunhas para a detenção em flagrante, de modo que se cria uma via rápida para a criminalização da pobreza, com jovens negros — para estes fins, pardos e pretos indistintamente — sendo presos e enviados a cadeias onde há duas vezes mais detentos que vagas. Como a miscigenação foi muito difundida ao longo da história brasileira, impossibilitando uma diferenciação de cor pela herança genética, o racismo no Brasil difere do padrão norte-americano, mas não é menos brutal. Quando combinado a uma urbanização muito acelerada, impulsionada tanto pela expulsão dos camponeses da terra como pela atração exercida pelas grandes cidades, criaram-se ambientes de enorme desigualdade com pouca ou nenhuma estrutura de recepção, tendo como efeito a transformação do conflito social em violência anômica. Para a juventude negra, o crime pode se tornar uma tentativa desesperada de reconhecimento, em que uma arma se torna passaporte para dignidade; alugado por algumas horas e apontado para a cabeça de um motorista ou transeunte, o revólver se torna um meio de forçar essas pessoas a voltar os olhos para — em vez de desviá-los de — aqueles que, de resto, são tratados como invisíveis. Sucessivos presidentes, convenientemente poupados da responsabilidade pela segurança pública, que continua sob a esfera dos governadores, tiveram pouco incentivo para mudar o que, na prática, representa uma justificativa para a inação. No máximo, podem declarar estado de emergência e enviar tropas para ocupar favelas, em um exercício temporário de relações-públicas que mal deixa vestígios para além de centenas de mortes.

Para as classes populares, a convivência e o relacionamento em um ambiente de violência cotidiana levaram a uma desintegração de normas tradicionais da vida cotidiana, familiar e sexual, insuflada não apenas pela disseminação das drogas, mas pela mídia — a televisão, acompanhando modelos norte-americanos, mandou pelos ares velhas restrições morais. As mulheres são as principais vítimas. O estupro é tão comum quanto o assassinato no Brasil: 60 mil são registrados

por ano, 164 por dia.⁶ Em meio a tudo isso, as ansiedades econômicas são naturalmente constantes e intensas — a insegurança em seu nível mais fundamental, por comida e abrigo. Em tais condições, o desejo desesperado por algum tipo de ordem foi sendo gradualmente atendido pela religiosidade pentecostal, cujas igrejas oferecem um arcabouço ontológico que busca dar sentido a vidas que correm à margem da existência. Sua marca registrada é uma teologia não da libertação, mas da “prosperidade” como meio de salvação terrena. Com trabalho duro, autodisciplina, comportamento correto e apoio comunitário, os fiéis podem melhorar a si mesmos — e pagar dívidas à organização pastoral que os ajuda. Geralmente, as igrejas neoprotestantes são ao mesmo tempo uma corporação financeira escusa, que transforma os ministros que compõem sua cúpula em milionários, e a única forma organizacional que conseguiu implantação efetiva em bairros pobres, aos quais nenhum partido secular chega. Em 2010, a congregação evangélica somava cerca de 42 milhões de brasileiros. As iniciativas pentecostais formavam uma potência no país: um quinto dos deputados no Congresso achava vantajoso declarar afiliação às igrejas. Passados quatro anos, porém, as condições para adesão tinham mudado. O sucesso da Teologia da Prosperidade coincidia com os anos de sucesso econômico do governo Lula, dando credibilidade àquele otimismo de ascensão material. Em 2018, a promessa de melhoria constante evaporara. Para muitos, tudo parecia estar desmoronando.

Em nenhum outro lugar essas tensões eram mais agudas e concentradas do que na segunda cidade do país. O Rio, com metade da população de São Paulo, tem uma taxa de homicídios duas vezes maior. Isso se deve, em boa medida, ao imenso controle exercido pela principal facção criminosa paulista, o PCC, na cidade. Em uma cidade erguida sobre um planalto, o PCC se encontra em posição privilegiada para desestimular, com a ajuda do armamento pesado que tem à disposição,⁷ pequenos crimes que complicariam a gestão ordenada e muito lucrativa do tráfico de drogas. A topografia do Rio — uma faixa costeira estreita e sinuosa, segmentada por montanhas cobertas de florestas que se projetam até as praias, com favelas encravadas nos interstícios, muitas das quais coladas em bairros ricos — dificulta o exercício desse poder centralizado. Comando Vermelho (CV), Terceiro Comando Puro (TCP) e outras facções rivais lutam ferozmente por domínio territorial sem se importar com baixas entre a população. Em meio a níveis crescentes de pobreza, um movimentado comércio de armas potencializa o caos aleatório causado por ataques individuais. No início de 2018, Temer enviou o Exército para abafar a violência — e ele lá permaneceu, como no passado, sem nenhum efeito duradouro. Nesse ambiente, o PT nunca conseguiu criar raízes, tampouco o PSDB ou qualquer outra configuração partidária estável. Os três últimos governadores do esta-

[6] O número de casos relatados dobrou nos últimos cinco anos, mas o único estudo sociológico real, realizado nas capitais do Nordeste, deixa claro que continua alto o nível de subnotificação (Cerqueira *et al.*, 2018, pp. 56-8 e seg.).

[7] Embora seu comando esteja em São Paulo e no Sudeste, o PCC tem ampla presença no Nordeste e em alguns estados fronteiriços na Amazônia; para dados acerca de seu crescimento e topografia, ver Manso e Dias (2018, *passim*).

do estão presos ou sob custódia por corrupção. A instância que de fato conseguiu se estabelecer politicamente, e o fez com um controle mais rígido que em qualquer outra grande cidade, foram as igrejas evangélicas. Cunha, por muito tempo o principal político do Rio, atuou como pastor leigo na Assembleia de Deus. O prefeito atual é pastor da rival Igreja Universal do Reino de Deus e sobrinho de seu *capo*, Edir Macedo, a (tonificada) contraparte brasileira ao Reverendo Moon.

Bolsonaro foi gestado nessa placa de Petri. Nascido no interior de São Paulo, em 1955, formou-se profissionalmente no estado do Rio de Janeiro, onde, aos 18 anos, ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras, no sul do estado, e se preparou para ser paraquedista. Era a época da ditadura. Dez anos depois, chegou ao posto de capitão e, em 1986, publicou um artigo reclamando dos baixos salários do Exército. Foi preso por indisciplina. Ao ser solto, planejou uma série de pequenas explosões em vários quartéis para demonstrar o descontentamento dominante na tropa com as condições materiais. Provavelmente por gozar de certa proteção de oficiais superiores, simpáticos a seus objetivos, quando não a seus métodos, uma investigação entendeu que as evidências contra Bolsonaro — embora incluíssem mapas de próprio punho — eram inconclusivas. Ele foi forçado a se aposentar, porém, e com apenas 33 anos de idade. Entretanto, não parou: foi eleito vereador no Rio cinco meses depois. Passados dois anos, saltou para o Congresso, empurrado pelos votos da Vila Militar, uma área no oeste da cidade, construída para soldados e suas famílias, que abriga a maior concentração de militares da América Latina, e também por eleitores do entorno da academia militar onde ele fora cadete.

Em Brasília, Bolsonaro logo passou a clamar por um regime de exceção e pelo fechamento temporário do Congresso. Um ano depois — isso foi em 1994 — declarou que preferiria “sobreviver no regime militar a morrer nesta democracia”. Nas duas décadas seguintes, sua carreira parlamentar consistiu basicamente em discursos que exaltavam a ditadura e as Forças Armadas; pediam pena de morte, diminuição da maioria penal e acesso mais fácil a armas; e atacavam esquerdistas, homossexuais e outros inimigos da sociedade. Reeleito seis vezes, manteve sua base eleitoral nos quartéis, praticamente no mesmo nível — cerca de 100 mil votos —, até 2014, quando ela subitamente quadruplicou. O salto, pouco notado na época, era mais que simples efeito geral da crise econômica, embora claramente amplificado por ela. O antipetismo já há muito representava uma forte influência na cultura política brasileira:⁸ servia de contraponto da classe média à ascensão do partido de Lula e se intensificara conforme a mídia — sobretudo a *Veja*, principal revista semanal do país — incitava revolta contra a corrupção a fim de impulsionar as campanhas presidenciais do PSDB. Contudo, ninguém conseguia competir com a

[8] Ver o importante estudo de Samuels e Zucco Jr. (2018), que enfatiza os níveis consistentes de antipetismo no país, anteriores à chegada do partido ao poder e pouco afetados pelas taxas de crescimento durante o governo Lula ou mesmo — na visão deles — pelos marcadores de classe, e motivados essencialmente por uma antipatia conservadora a qualquer mudança política ou social muito brusca.

virulência de Bolsonaro. Além disso, ele tinha aprendido algo com os protestos de rua de 2013 que escapara ao PSDB: os jovens ativistas de uma nova direita paulista — muito à frente das gerações anteriores e da classe política em geral — haviam sido pioneiros no uso das mídias sociais para mobilizar milhares de pessoas em imensas manifestações contra o governo. Eram neoliberais radicais, o que Bolsonaro não era, e havia pouco contato entre esses dois campos. O ex-capitão, porém, soube entender o que aqueles jovens tinham alcançado e estabeleceu sua própria operação pessoal no Rio, antes de qualquer concorrente. No fim de 2017, já deixava os oponentes muito para trás, com 7 milhões de seguidores no Facebook, duas vezes mais que o principal jornal do país (Dieguez, 2016).⁹

O sucesso da imagem projetada nas redes sociais não refletia apenas a violência dos pronunciamentos de Bolsonaro. A imagem passada pela imprensa no exterior, de um fanatismo feroz e incansável, é enganosa. A personalidade pública é mais ambígua. Tosca e violenta, certamente, mas também com um lado juvenil e jocoso, capaz de um humor grosseiro e até autodepreciativo, muito distante da atitude carrancuda de Trump, com quem agora é frequentemente comparado.¹⁰ Sua criação foi menos sofrida e pobre que a de Lula, mas bastante plebeia para os padrões da elite brasileira. O pai era dentista — sem diploma — e exercia o ofício pulando de uma cidadezinha a outra. Agora já bem de vida (tem cinco propriedades, obtidas sabe-se lá como), adquiriu naturalmente certo apelo ao homem comum. Seu carisma é de um tipo que reverbera principalmente entre os jovens, tanto os de classe mais popular quanto os mais instruídos.

Casado três vezes, Bolsonaro teve três filhos com a primeira esposa, um com a segunda e uma filha (“dei uma fraquejada”, ele gosta de brincar) com a terceira, fiel de um ramo da Assembleia de Deus cujo líder tele-evangelista, Silas Malafaia, terceiro pastor mais rico do Brasil (fortuna estimada em 150 milhões de dólares), celebrou o casamento dos dois. Após o pastor ter sido investigado pela Polícia Federal, a esposa passou a frequentar a igreja batista Atitude, perto do condomínio onde moram. Embora originalmente católico, Bolsonaro adquiriu ótimas credenciais evangélicas ao viajar com um pastor para ser batizado em Israel. A família é sua fortaleza política. Ao contrário dos Trump, os três filhos mais velhos de Bolsonaro construíram carreiras políticas bem-sucedidas: um se elegeu senador pelo Rio, outro é o deputado federal mais votado da história de São Paulo, um terceiro, vereador carioca. Costumam ser vistos como uma mistura de conselheiros e guarda-costas, e estão sempre perto do pai, enquanto a esposa, Michelle, é a guardiã que o protege do mundo exterior.

Por muito tempo solitário e sem muitos amigos no Congresso, Bolsonaro compreendeu que precisava de aliados para chegar à Pre-

[9] Devemos a Consuelo Dieguez o melhor perfil de Bolsonaro como pré-candidato à Presidência.

[10] “Gargalha [...] num misto de leão de chácara do submundo e bufão”, na frase lapidária de Marcus Giraldes (2018a), cuja análise do apelo popular de Bolsonaro, escrita antes da vitória no segundo turno, continua essencial.

sidência, e mostrou habilidade para atraí-los. Para companheiro de chapa, escolheu um general de quatro estrelas, Hamilton Mourão, que acabara de se aposentar após ter falado demais — atacou abertamente o governo Dilma, declarou que, se o Judiciário não conseguisse restaurar a ordem no Brasil, os militares deveriam intervir e ainda lançou no ar a ideia de um presidente em exercício cometer “autogolpe”, se necessário. Em outros apartes, observou que o país precisava melhorar sua linhagem, pois os índios eram indolentes, os negros, malandros, e os portugueses, afeitos a privilégios. Dado que os militares sempre compuseram a base política primária de Bolsonaro, a escolha de Mourão era lógica e foi bem recebida pelo Exército. Contudo, Bolsonaro também precisava tranquilizar os empresários, que desconfiavam dele por ser não apenas uma incógnita, mas também um parlamentar com histórico “estatista”, opositor de privatizações e avesso a investimentos estrangeiros. Assim, com um sorriso de franqueza cativante, confessou-se ignorante em economia, embora capaz de aprender com quem conhecesse o assunto, e não precisou ir muito longe para encontrar um mentor econômico.

Paulo Guedes se formou em Chicago, lecionou no Chile sob Pinochet e voltou ao Rio para se tornar um financista de sucesso.¹¹ Os colegas economistas não o tinham em alta conta, e sua atuação acadêmica no Brasil não chegou a chamar atenção, mas Guedes cofundou o maior banco de investimentos do país, BTG Pactual, e com ele fez fortuna. Depois, partiu para outros empreendimentos, muito antes de o negócio inicial ser enquadrado pelas investigações da Lava Jato. Um neoliberal puro-sangue, cujos principais remédios para os males econômicos do Brasil são a privatização de todas as empresas e ativos estatais para pagar a dívida pública e a desregulamentação de todas as transações possíveis. Com promessas como essas — mesmo que de execução encarada com desconfiança por alguns céticos —, o grande capital tinha pouco a reclamar. Os mercados financeiros estavam sob controle. Com segurança e economia bem atendidas, sobrava a corrupção. A caminho da vitória, Bolsonaro despachou Guedes para conversar com Moro depois do primeiro turno das eleições e trazê-lo a bordo. Não precisou investir em muita persuasão: poucos dias após o segundo turno, Bolsonaro anunciou que o juiz-troféu havia aceitado seu convite para se tornar ministro da Justiça no novo governo. Os magistrados da operação *Mani Pulite*, com a intenção de sanear o sistema político italiano, aniquilaram os partidos governantes da Primeira República e se horrorizaram ao descobrir, em seguida, que haviam aberto caminho para Berlusconi. No Brasil, o juiz-estrela da Lava Jato, depois de realizar praticamente o mesmo feito, ficou feliz em se juntar a alguém igualmente torpe.

Empossado em janeiro, o novo regime marca uma ruptura mais radical com a era do PT do que os operadores da queda de Dilma — cujos

[11] Para um retrato contundente de Guedes, ver Gaspar (2018).

partidos foram dizimados nas urnas — jamais poderiam imaginar. Central para sua composição é o retorno das Forças Armadas ao centro das atenções políticas, trinta anos após o fim da ditadura militar. Nenhum ajuste institucional foi necessário. Nos anos 1980, a democracia brasileira não foi arrancada dos generais via revolta popular, mas devolvida ao Parlamento quando eles consideraram cumprida sua missão — erradicar qualquer ameaça à ordem social. Não houve acerto de contas com conspiradores e torturadores do período entre 1964 e 1985. Além de receberem imunidade judicial, que os absolveu de qualquer ato que tenham cometido, ainda assistiram à sanção constitucional da derrubada que haviam promovido da Segunda República, o que resultou no reconhecimento legal de seus governantes como presidentes legítimos do Brasil e na aceitação de leis por eles aprovadas como uma continuidade jurídica normal do período anterior. Em todos os casos, as tiranias sul-americanas dos anos 1960 e 1970 fizeram da anistia a seus crimes uma condição necessária para que voltassem aos quartéis. Uma vez consolidada a democracia, essas anistias foram total ou parcialmente anuladas nesses demais países. A exceção foi o Brasil. Em todos os outros países, num prazo de um a cinco anos, uma comissão da verdade foi criada para examinar o passado. No Brasil, foram necessários 26 anos, e nenhuma ação foi tomada contra os perpetradores por ela citados.¹² De fato, em 2010, o Supremo declarou que a lei de anistia era um “alicerce da democracia brasileira”. Oito anos depois, em um discurso comemorativo do trigésimo aniversário da Constituição promulgada após a saída de cena dos generais, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli — ex-menino de recados legais do PT e indiscutivelmente a figura mais desprezível do cenário político atual, em que pese a concorrência —, abençoou formalmente a tomada à força do poder, dizendo à plateia: “Hoje não me refiro nem mais a golpe nem a revolução. Eu me refiro a movimento de 1964”.

Em 2018, o Exército declarou seu voto logo no início do ano. Em abril, o comandante do Exército, general Villas Bôas, alertou contra a concessão de *habeas corpus* a Lula, em nome do que, como ele explicou mais tarde, seria o valor mais caro às Forças Armadas: a estabilidade do país. Depois, com Bolsonaro eleito, o militar saudou a vitória do novo presidente como um grande alívio para a nação e, ao se aposentar em janeiro, agradeceu Bolsonaro por libertar o país “da amarra ideológica que sequestrou o livre pensar”. Discutir 1964 hoje era ridículo, afirmou o general, e a Comissão da Verdade prestara um desserviço ao país. Questões de segurança pública também eram questões de segurança nacional. Villas Bôas participara de uma das intervenções militares periódicas para restaurar a ordem nas favelas do Rio e vira quão inúteis a incompetência civil as havia tornado. Nesse sentido, lembravam a intervenção das Forças Armadas brasileiras no Haiti em

[12] Para mais detalhes, ver Pereira (2018), pp. 152-71.

2004, que havia sido curta demais, segundo o general. O caos voltou tão logo as tropas partiram (Gielow, 2018; Bilenky; Uribe; Valente, 2019). A lição não passou despercebida a Bolsonaro, cuja primeira nomeação-chave foi a do general Augusto Heleno, comandante das forças brasileiras enviadas ao Haiti — por Lula, vergonhosamente, para agradar a Washington — a fim de assegurar a derrubada de Aristide. Nomeado ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Heleno atua no Palácio do Planalto. Outro general, Floriano Peixoto, também veterano do Haiti, é secretário-geral da Presidência, uma espécie de chefe de gabinete. Um terceiro, Santos Cruz, igualmente atuante do Haiti, foi encarregado das relações com o Congresso; dois outros oficiais foram destacados para os ministérios da Defesa e da Ciência e Tecnologia. Heleno, o mais poderoso do grupo, não fez segredo de suas convicções, expressas na sentença: “Direitos humanos são para humanos direitos” — e para mais ninguém. Em seu primeiro pronunciamento no governo, comparou armas a carros, como algo que todo cidadão tem o direito de possuir.

A ala econômica do governo, fonte de maior preocupação para os mercados financeiros, é mais frágil. Guedes formou uma equipe principalmente com neoliberais radicais — recebida com entusiasmo pelos empresários — para incrementar o processo de desregulamentação iniciado por Temer. A prioridade é o desmantelamento do atual sistema previdenciário. Indefensável sob qualquer ponto de vista que leve em conta a justiça social, o sistema absorve um terço das receitas tributárias e destina mais de metade dos pagamentos de benefícios — que começam aos 55 anos de idade, na média, para os homens — aos 20% mais ricos (juizes, autoridades e burocratas de alto escalão) e menos de 3% aos mais pobres.¹³ É claro, porém, que a desigualdade não é o que move os esquemas-padrão de reforma previdenciária, cuja prioridade no Brasil, como em outros lugares, é não a correção desse desequilíbrio, mas a redução do peso das aposentadorias no orçamento, enquanto outros cortes de gastos públicos esperam na fila. As privatizações — a outra peça de resistência do programa de Guedes — são anunciadas como o caminho para fazer a conta fechar. Uma centena de ativos estatais variados — o filé-mignon está na infraestrutura: estradas, portos, aeroportos — foram listados para venda ou fechamento sob a direção de um engenheiro militar, mais um veterano do Haiti; obviamente, também em nome da eficiência e do melhor serviço. Como nos tempos de FHC, os negócios mais lucrativos acabarão nas mãos de investidores estrangeiros. A reação entusiasmada do *Financial Times* ao pacote econômico anunciado é compreensível. Por que se preocupar com algumas gafes políticas? “López Obrador ameaça mais a democracia liberal que Bolsonaro”, decretou o editor da seção latino-americana do jornal (Rathbone, 2018).

[13] Ver a Tabela 2 em Siqueira e Nogueira (2014) e o Gráfico 3 em Secretaria de Acompanhamento Econômico (2017), trabalho que precisaria ser muito mais conhecido no país do que é.

Uma revisão “austeritária” da economia exige, naturalmente, aprovação do Congresso. É onde comentaristas preveem certa resistência, dada a dependência de muitos parlamentares em relação à alocação de fundos federais para suas regiões de origem, algo que o controle anunciado reduziria. As privatizações também são consideradas em tal desacordo com o nacionalismo estatista dos militares brasileiros — como deputado, o próprio Bolsonaro se opunha veementemente a elas — que, na prática, o processo provavelmente acabará diluído. Tanto num caso como no outro, justifica-se o ceticismo. Nos governos do PT, a legislatura constituiu uma barreira fundamental às intenções do Executivo, limitando o que podia ser feito e comprometendo-o com o que de fato era realizado, com resultados bem conhecidos. Foi a consequência previsível das tensões que emergem quando se tem no comando de um dos poderes um partido radical e no de outro uma salada mista de partidos conservadores. Quando não houve esse tipo de queda de braço entre o presidente e o Congresso, como no governo de centro-direita de FHC, o Poder Executivo raramente saía frustrado — as privatizações, por exemplo, aconteceram de vento em popa. Bolsonaro promete um tipo de neoliberalismo consideravelmente mais drástico, mas a cobrança popular por mudanças é muito maior, e a oposição a esse projeto, no Congresso, bem mais fraca.

Lá, seu obscuro Partido Social Liberal (PSL), um amontoado de interesses difusos reunidos às vésperas da eleição, será a maior força da Câmara, principalmente depois de preenchido até a tampa com as deserções vindas do atoleiro de legendas menores — e venais. Os outrora poderosos PSDB e MDB, com a representação no Congresso reduzida pela metade, não passam de meras sombras do passado. A derrocada do PSDB e de seu patriarca foi especialmente notável. Depois de fracassar em persuadir um anódino apresentador de TV a concorrer à Presidência, FHC viu o candidato de seu partido ficar com menos de 5% dos votos e se recusou a apoiar Haddad contra Bolsonaro no segundo turno, ignorando apelos aflitos de amigos no Brasil e no exterior com um petulante “vá para o inferno”.¹⁴ Acabou por entregar o PSDB de São Paulo e, em breve, o nacional para João Doria, outro misto de apresentador de TV e empresário, ex-apresentador da edição brasileira de *O Aprendiz*, de Trump. Essa figura reptiliana tentou colar sua imagem à de Bolsonaro, anunciando, descaradamente, uma chapa “Bolsodoria”: justiça poética. No Congresso, as adesões devem continuar em ritmo acelerado, com a aproximação de deputados que, por medo ou ganância, se apresentam dispostos a garantir, ao menos no início, as maiorias de que o Executivo precisa. Quanto à resistência fardada à privatização ou a aquisições estrangeiras, Castello Branco, primeiro general a governar o país depois da tomada do poder pelos militares em 1964, não era avesso a essas iniciativas. Seu ministro do Plane-

[14] “Ah, vá para o inferno. Não preciso ser coagido moralmente por ninguém” (*apud* Venceslau, 2018).

jamento, depois embaixador do Brasil em Londres, foi um célebre defensor do livre-mercado e do capital estrangeiro: Roberto Campos. Bolsonaro nomeou o neto de Campos para a presidência do Banco Central. Acreditar que a venda de bens públicos seria uma barreira entre Bolsonaro e seus pretorianos pode se revelar otimismo excessivo.

O verdadeiro risco de atritos dentro do novo regime recai em outro lugar: nas ações ainda por vir da Lava Jato. Assim como o anterior, o novo Congresso está repleto de agenciadores de subornos, distribuidores de propinas, detentores de fortunas de origem mal explicada, vidas inteiras de corrupção desbragada. Não são poucos os que usaram o Parlamento como refúgio por já estarem na mira da polícia e que se elegeram simplesmente para obter imunidade: destaca-se entre esses o nome de Aécio Neves, contra quem se acumulam múltiplas acusações. Tampouco Bolsonaro e sua família estão livres de problemas. Após as eleições, investigadores descobriram não só transações suspeitas nas contas de seu filho Flávio como, pior ainda, conexões que o ligam a um ex-capitão da Polícia Militar do Rio de Janeiro: um bandido foragido, com histórico de duas detenções sob acusação de homicídio e envolvimento com milícias, que pode estar implicado no assassinato da vereadora e ativista negra Marielle Franco, em março de 2018, crime de repercussão internacional. Será que Moro, como ministro da Justiça, passará uma esponja sobre delitos que, em sua época de magistrado, lhe garantiram a fama de implacável? Ele já explicou que as Dez Medidas contra a Corrupção, em que tanto insistira durante anos e que deveriam ser aprovadas se o país quisesse ser passado a limpo, precisavam ser “repensadas”: nem todas continuam tão importantes. Entretanto, desativar a dinâmica da Lava Jato por completo destruiria a imagem do ex-juiz. Se o Congresso tentasse aprovar uma anistia geral para casos de corrupção — movimento já tramado no governo Temer —, estaria armado o palco para um intenso conflito entre poderes. O mesmo aconteceria se, inversamente, Moro pressionasse o Supremo a suspender o foro privilegiado de um grande número de deputados. É nessa frente que o potencial de combustão é mais real.

Acima desses segmentos do regime, paira o círculo composto pelo próprio Bolsonaro, por seus filhos e seus assessores imediatos. A chegada desse grupo ao ápice do Estado marca uma mudança significativa na geografia do poder no país. Pouco depois de Getúlio Vargas se suicidar no Palácio do Catete, em 1954, o Rio — capital brasileira por cerca de duzentos anos — perdeu a posição de centro político nacional. A construção de Brasília começou em 1957 e foi concluída em 1960. A partir de então, os presidentes vieram de São Paulo (Jânio, FHC, Lula), do Rio Grande do Sul (Jango, Dilma), de Minas Gerais (Itamar) ou do Nordeste (Sarney, Collor). Rebaixado

politicamente, o Rio decaiu — alguns diriam apodreceu — econômica, social e fisicamente.¹⁵ Nem PT nem PSDB conseguiram se firmar na cidade, que por muito tempo se manteve como terra de ninguém em termos ideológicos e com pouca influência na política nacional. O quadro começou a mudar com a ascensão parlamentar de Cunha, o arquétipo do carioca, que trazia no bolso um bando de deputados a seu dispor. O novo regime consumava a virada. Após seis décadas em posição marginal, o poder voltava para o Rio. Os ocupantes dos três cargos mais importantes do governo construíram a carreira no estado — Bolsonaro na Presidência, Guedes no Ministério da Fazenda e o rotundo articulador Rodrigo Maia na Presidência da Câmara, no lugar de Cunha. No gabinete ministerial, que pela primeira vez na história da república não exibe um único nome do Nordeste ou do Norte do país, os ministros vêm de apenas 6 dos 26 estados do Brasil, sendo o maior contingente — um quarto — oriundo do Rio. É uma mudança de sinal.

Como, então, classificar Bolsonaro? É comum a opinião, entre a esquerda brasileira e a imprensa liberal europeia, de que sua ascensão representa uma versão contemporânea de fascismo. O mesmo, claro, vale para a descrição-padrão de Trump nos círculos liberais e esquerdistas nos Estados Unidos e no Atlântico Norte, ainda que geralmente acompanhada de reservas — “muito parecido”, “lembra”, “semelhante” — deixando claro que a afirmação não passa de crítica preguiçosa.¹⁶ O rótulo tampouco é plausível no Brasil. O fascismo foi uma reação ao perigo da revolução social em um momento de desemprego ou depressão econômica. Mobilizou quadros dedicados, organizou movimentos de massa e estava vinculado a uma ideologia definida. O Brasil teve sua versão na década de 1930, com os integralistas ou camisas-verdes, que, no auge, ultrapassaram a marca de 1 milhão de membros. Contavam com um líder articulado, Plínio Salgado, cobertura na imprensa, um programa de publicações e um conjunto de organizações culturais, tendo chegado perto de tomar o poder em 1938, após o fracasso do levante comunista de 1935. Não existe nada remotamente comparável no Brasil hoje, seja em termos de uma ameaça esquerdista à ordem estabelecida, seja na forma de um movimento direitista organizado e de massas. Em 1964, ainda havia um partido comunista forte, com influência dentro das Forças Armadas; um movimento sindical militante; e crescente inquietação no campo, tudo sob o comando de um presidente fraco que pedia reformas radicais. Foi o suficiente para provocar não o fascismo, mas uma ditadura militar convencional. Em 2018, o partido comunista de antigamente desaparecera há tempos, sindicatos combativos haviam se tornado coisa do passado e a classe pobre se encontrava passiva e dispersa, enquanto o PT se revelara um partido moderadamente reformista, com anos e anos de boas relações

[15] Até a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, a Presidência, sob a oligarquia civil da Velha República, se alternava a maior parte do tempo entre São Paulo e Minas, na então chamada república do café com leite — as exceções vinham do Rio e da Paraíba.

[16] Para uma demolição completa do rótulo, e da literatura em torno dele, ver Riley (2018), pp. 5-31.

com o grande capital. Soltando fogo pelas ventas, Bolsonaro conseguiu ganhar uma eleição. Não há, porém, praticamente nenhuma infraestrutura organizacional abaixo dele. Tampouco existe necessidade de repressão em massa: já não há massa opositora a ser reprimida.

Bolsonaro seria mais bem categorizado como populista? O termo, usado atualmente pela mídia bem-pensante para descrever toda sorte de vilão, foi tão inflado que perdeu utilidade. Sem dúvida, a atitude de valoroso inimigo do *establishment*, somada ao estilo rústico, de homem do povo, pertence ao repertório do que geralmente se entende como populismo. Bolsonaro se espelha no presidente dos Estados Unidos, mas consegue superá-lo ao se enrolar na bandeira nacional e vomitar *tweets* sem parar — 70% a mais que Trump em sua primeira semana no cargo. Bolsonaro, no entanto, não se encaixa no padrão da galeria dos populistas de direita atuais em ao menos dois aspectos. A imigração não é uma questão de debate no Brasil, onde apenas 1,8 milhão de pessoas, de uma população de 204 milhões, são nascidas no exterior (Arantes, 2015) — 0,9%, contra 14% nos Estados Unidos e no Reino Unido, e 15% na Alemanha. O racismo, claro, é uma questão a respeito da qual Bolsonaro, assim como Trump, já fez declarações dissimuladas, além de ter incentivado práticas policiais violentas contra negros. Ao contrário de Trump, porém, ele conquistou um grande eleitorado preto e pardo nas urnas, e é improvável que arrisque essa posição por algo análogo à retórica xenofóbica vigente no Atlântico Norte. Um terço de seu partido no Parlamento, aliás, não é branco — uma porcentagem maior que a do muito alardeado contingente democrata e progressista recém-eleito para a 116ª legislatura do Congresso dos Estados Unidos.

Uma segunda diferença importante está no caráter do nacionalismo de Bolsonaro. O Brasil não é um país ameaçado por perda de soberania, como a União Europeia, nem pelo declínio de um império, como os Estados Unidos ou o Reino Unido, e esses são os dois principais vetores do populismo de direita no hemisfério norte. Quando bate no peito para afirmar o patriotismo, Bolsonaro está sendo apenas teatral. Assim, hoje, ele não é inimigo do capital estrangeiro. Seu nacionalismo, hiperbólico na expressão, assume a forma de virulentas imagens de antissocialismo, antifeminismo e homofobia, por ele representadas como excrescências estranhas à alma brasileira. Com o livre-mercado, porém, não há discordâncias. É um nacionalismo pautado pelo paradoxo do populismo entreguista: totalmente disposto, ao menos em princípio, a entregar ativos nacionais a bancos e corporações globais.

A comparação com Trump, o mais próximo análogo político de Bolsonaro, revela um conjunto diferente de pontos fortes e fracos. Pessoalmente, embora tenha um histórico de vida muito mais humilde, o brasileiro é menos analfabeto. A educação recebida na academia

militar lhe possibilitou isso: livros não lhe são um completo mistério. Ciente de algumas de suas limitações, não compartilha com Trump o mesmo grau de egomania. A autoconfiança arrogante do norte-americano vem não apenas de um histórico familiar privilegiado mas também de uma longa e bem-sucedida carreira na especulação imobiliária e no *show business*. Bolsonaro, que nunca administrou nada na vida, carece dessa estrutura existencial. É muito menos seguro. Dado, como Trump, a todo tipo de explosão intempestiva, recua rapidamente, ao contrário de Trump, se as reações se revelarem muito negativas. As primeiras semanas de seu governo exibiram uma cacofonia de declarações conflitantes, retratações e negações.

Não é apenas por personalidade, mas também por circunstância que o brasileiro se apresenta mais frágil. Tanto ele quanto Trump foram catapultados ao poder praticamente da noite para o dia, contra todas as expectativas. Trump assumiu a Presidência com uma porcentagem muito menor de votos válidos (46%) que Bolsonaro (55%). Porém, os partidários do primeiro são ideologicamente fervorosos e o aprovam sem restrições, ao passo que o apoio a Bolsonaro, ainda que mais amplo, é também mais superficial, como mostram pesquisas pós-eleitorais que indicam rejeição a várias de suas propostas. Trump, além disso, chegou ao poder assumindo controle de um dos dois maiores partidos do país, com uma história que remonta a dois séculos, enquanto Bolsonaro ganhou virtualmente por conta própria, sem qualquer apoio institucional ao chegar às urnas. Em contrapartida, uma vez eleito, ele não governará — porque não pode — sem levar em conta as instituições a seu redor, como Trump tentou fazer. Isso não significa que será menos violento, dado que no Brasil muitas dessas instituições são mais autoritárias que nos Estados Unidos. Os povos indígenas da Amazônia são uma vítima certa: diferentemente dos negros, os índios formam um contingente negligenciável nas urnas e serão os primeiros a sofrer, à medida que pecuaristas devastarem seu *habitat*. Da mesma forma, é fácil imaginar — especialmente se a economia não se recuperar e Bolsonaro precisar desviar a atenção do tema — que o governo reprima violentamente protestos estudantis; prenda militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ou de seu equivalente urbano, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), jogando essas organizações na ilegalidade; desmantele greves, quando necessário. À parte a violência no campo, porém, essa repressão provavelmente irá se dar no varejo, não no atacado. Mais que isso, no momento, seria exagerar na dose.

Onde isso deixa o PT? Longe de prosperar, mas sobrevivendo, por enquanto. Com 10% dos votos e 11% dos assentos na Câmara dos Deputados, escapou do atropelamento sofrido por PSDB e MDB. Com Lula na cadeia, o que será feito do partido? Aqui, as opiniões se dividem.

Para Singer, a realidade central dos governos do PT foi, como deixam claro os títulos de seus dois livros, o lulismo — a pessoa ofuscando o partido. Para o principal americanista a estudar o Brasil contemporâneo, David Samuels, trata-se do inverso: o fenômeno mais profundo e duradouro foi o petismo — o partido, e não a pessoa. Lula, diz Samuels, não foi um líder carismático da mesma espécie de Vargas ou de seus herdeiros gaúchos, Goulart ou Brizola, políticos sem raízes em partidos. Lula tampouco seria um populista, à diferença dessas figuras. Financeiramente ortodoxo, respeitoso das instituições democráticas, o ex-presidente não criou, segundo Samuels, um sistema político em torno de si nem cedeu à retórica maniqueísta do “eles” contra “nós”. Assim, o próprio lulismo nunca passou de um “leve apego psicológico”, comparado à força organizacional do PT e sua sólida presença na sociedade civil. Singer teria errado tanto ao exagerar a importância de Lula como ao atribuir aos pobres uma perspectiva em geral conservadora, compensada por um investimento pontual em Lula. Em 2014, Samuels e seu colega brasileiro Cesar Zucco puderam escrever: “Olhando para nossa bola de cristal, vemos o PT como o ponto fulcral do sistema partidário do Brasil. Sem ele, será difícil governar”.¹⁷

[17] Em Samuels e Zucco Jr. (2014, pp. 131-3 e 153-4), o lulismo é contrastado ao peronismo. Para o ponto de vista divergente do de Singer, ver: *Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans*, op. cit., pp. 34, 167.

As previsões de Singer se revelaram mais acertadas. Os acontecimentos mostraram que o cientista político entendera com exatidão a mentalidade dos despossuídos, o medo que sentiam da desordem e o desejo agudo que nutriam por estabilidade. Ao chamar a atenção para os precedentes de Jânio Quadros e Collor, muitas páginas de *Os sentidos do lulismo* mostram-se clarividentes, parecendo descrever o cenário do triunfo de Bolsonaro em regiões populares do Brasil, seis anos depois. O que isso significou para o relacionamento entre o PT e seu líder desde então? Às vésperas da prisão de Lula, um entrevistador comentou com ele: “Há quem diga que o problema no Brasil é que nunca houve uma guerra, uma ruptura”. Ao que ele respondeu: “Eu acho. É engraçado porque toda vez que a sociedade brasileira esteve a ponto de uma ruptura, houve um acordo. E um acordo feito por cima. Quem está por cima não quer sair” (Silva, 2018, p. 143). A resposta é reveladora, mas exclui a possibilidade de aqueles que estão por cima quererem a ruptura — vinda da direita, não da esquerda.¹⁸ Entretanto, foi exatamente isso que atingiu o PT em 2016-18, algo que o partido ainda não entendeu. No poder, o governo beneficiou os pobres enquanto o vento esteve a favor, mas não os educou nem os mobilizou. Os adversários não apenas se mobilizaram como também se educaram segundo os mais recentes padrões pós-modernos. O resultado foi uma guerra de classes unilateral, em que apenas um dos campos poderia vencer. As grandes manifestações que terminaram por derrubar Dilma resultaram de uma galvanização da classe média inédita na história do Brasil; possibilitada por um amplo domínio das redes sociais, foi transmitida

[18] “O lulismo não preparara sua base para a contrarrevolução, pois isso implicaria abrir um confronto que estava fora de sua receita conciliatória” (Singer, 2018, p. 279).

a Bolsonaro diretamente pela juventude e refletiu uma transformação do país com características de revolução social. Entre 2014 e 2018, apesar da recessão, o número de *smartphones* superou o de habitantes,¹⁹ e o uso que foi feito desses dispositivos ofuscaria com folga ações políticas similares na Europa ou nos Estados Unidos.

Esta não foi, naturalmente, a única realidade fatal e incontornável a escapar à compreensão do PT. No poder, o partido rejeitou a mobilização — Lula foi franco acerca do próprio ceticismo²⁰ — em favor da cooptação; e cooptar as classes política e empresarial brasileiras significava corromper. Fazia parte da lógica estratégica do partido. Escreveu Gramsci: “Entre o consentimento e a força, existe a corrupção, característica de situações em que é difícil exercer a função hegemônica e em que o uso da força é arriscado” (Gramsci, 1975, p. 1.638). Após renunciar à hegemonia, que exigiria esforço sustentado de esclarecimento popular e organização coletiva, e rejeitar a coerção, que nunca se sentira tentado a adotar, restou ao partido a corrupção. Para seus líderes, qualquer outra opção seria demasiado difícil ou arriscada. A corrupção foi o preço a pagar por seu “reformismo fraco”, na expressão de Singer, e pelos benefícios reais que ele havia possibilitado. Porém, depois de exposto, o partido não conseguiu encontrar palavras para descrever e criticar o que havia feito. Em vez disso, recorrendo a um eufemismo revelador — e terrivelmente preciso —, o partido explicou que precisava “superar a adaptação [...] ao *modus vivendi* tradicional da política brasileira” (Singer, 2018, p. 260). *Modus vivendi* — um modo de convívio: bem no alvo.

Recorrer a eufemismos não ajuda a escapar de um passado ao qual o PT segue acorrentado do modo mais doloroso e paralisante possível. A Lava Jato está longe de terminar o serviço com sua vítima estrelada. A sentença de doze anos que Lula recebeu por manifestar interesse em um apartamento à beira-mar é apenas o começo. Um segundo processo, com base numa acusação semelhante — chamar uma empreiteira com contratos firmados durante sua gestão para a reforma de um sítio de propriedade de amigos —, está chegando ao fim, com um veredito parecido à vista. São acusações relativamente triviais, no contexto geral, embora as sentenças não o sejam. Existem, porém, acusações muito mais graves pela frente, referentes à malversação de enormes quantias de recursos públicos — centenas de milhões de dólares postos à disposição da Petrobras quando Lula era presidente. Essas acusações têm por base a delação premiada do Judas número um do partido, o outrora braço direito de Lula e ex-ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que hoje vende a si mesmo como testemunha em outros casos judiciais. O governo garantirá máxima publicidade aos megajulgamentos que estão por vir. Para ele, é preciso acabar com Lula.

[19] São 220 milhões de *smartphones* para 208 milhões de habitantes (Tolledo, 2018).

[20] “Nós fizemos a mobilização mais importante da história deste país, nas Diretas Já, fomos para o Congresso Nacional e perdemos as eleições diretas. E não aconteceu nada. A gente ficou a ver navios e esperou o Colégio Eleitoral em 1985. Não há ninguém fazendo mobilização contra os processos que estão movendo contra mim. As pessoas estão na expectativa de que as coisas funcionem corretamente” (Silva, 2018, p. 144).

O PT e seus simpatizantes, já compreensivelmente indignados com a falta de aplicação de justiça comutativa no caso envolvendo assuntos pessoais de Lula, terão ainda de enfrentar provas que, mesmo estando contaminadas, são potencialmente mais danosas, no que ameaça se tornar um processo de extensão indefinida que visa desacreditar e confinar o ex-presidente até o fim da vida. Como reagir? Lula, que não foi diminuído na prisão, continua sendo o mais importante ativo político do partido, ainda que, para muitos, corra o risco de tornar um passivo igualmente oneroso. Fazer-lhe justiça histórica também parece estar além dos poderes do PT.²¹ O partido depende de Lula para uma liderança firme, mas arrisca perder a credibilidade caso não se mostre independente dele. Âncora ou albatroz? Muitos acreditam que, se ele saísse totalmente de cena, o PT logo racharia. Nesse cenário, a militância pode ser levada a alimentar uma esperança de que, sob Bolsonaro, as condições no Brasil piorarão tanto que pouca gente vai se importar com velhos escândalos de corrupção, cujos rastros seriam obliterados por uma convulsão política ainda maior.

Durante doze anos, o Brasil foi o único grande país do mundo a desafiar os tempos, a recusar o aprofundamento do regime neoliberal do capital e a abrandar o rigor inerente a ele em favor dos menos abastados. Se a experiência precisava terminar como terminou, é um questionamento imponderável. As massas não foram convocadas a defender o que haviam conquistado. Será que os séculos de escravidão que distinguiram o país do restante da América Latina tornaram insuperável a passividade popular? O *modus vivendi* do PT é o melhor que se pôde fazer? Às vezes, Singer sugere algo nessa linha. Em outras, é mais severo. O Brasil não conseguiu promover a inclusão social de todos os seus cidadãos, uma tarefa que, como ele escreveu recentemente, seria de sua própria geração no pós-ditadura. Sem inclusão, porém, nenhum outro projeto é viável.²² De forma um pouco mais otimista, Celso Rocha de Barros — outro observador atento, um pouco à direita de Singer — diz que o lulismo não acabará no Brasil até que algo melhor o substitua (Barros, 2017). Deve-se torcer para que essas avaliações se sustentem. Lembranças, porém, se esvaem com o tempo, e, em outros lugares, a exclusão social mostrou-se impiedosamente viável. A esquerda sempre esteve inclinada a transformar preferências em previsões. Seria um erro esperar que derrotas, com o tempo, redundem em autocorreção.

[21] Assim como, é importante dizer, grande parte da esquerda que atacou o PT no poder. Acerca desse período, Marcus Giraldes (2018b) escreveu muito bem sobre uma afasia compartilhada: “Como a derrota é de toda a esquerda, e todos os setores eventualmente cometeram erros, ainda que proporcionais à influência de cada um, o esforço autocrítico deve ser conjunto. Isso vale para as organizações da crítica de esquerda aos governos do PT e também para a militância dedicada prioritariamente às chamadas pautas identitárias. É hora de passar a limpo, de forma pública, dura, sincera e leal, todos os erros de condução política, de leitura da realidade e de linguagem”.

[22] “Na minha visão, o Brasil ainda não incorporou o conjunto da população a condições mínimas de vida, dignas de vida, o que significa incorporar a economia mais avançada do país, porque ele é muito dispar. Enquanto o Brasil não completar isso, não poderá ter outros projetos. Esse é o problema fundamental, que eu achei, num determinado momento mais otimista, que a minha geração iria ver ser resolvido, e não foi” (Singer *apud* Fujita, 2018).

PERRY ANDERSON é historiador, ensaísta e professor emérito da UCLA (University of California | Los Angeles). É autor de, entre outros, *Teoria, política e história: um debate com E.P. Thompson e Afíndes seletivas*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Angiolillo, Francesca. "Entre brigas, bolhas e boatos, medo e raiva dominam eleitores". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28 out. 2018.
- Arantes, José Tadeu. "O panorama da imigração no Brasil". *Exame*, São Paulo, 7 jul. 2015. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/o-panorama-da-imigracao-no-brasil>.
- Barros, Celso Rocha de. "O companheiro impeachment", *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 2 out. 2017.
- Bilenky, Thais; Uribe, Gustavo; Valente, Rubens. "Ao passar comando do Exército, general elogia Bolsonaro por 'liberar de amarras ideológicas'". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 11 jan. 2019.
- Cerqueira *et al.*, Daniel (org.). *Atlas da violência* 2018. Rio de Janeiro: Ipea/FBSP, jun. 2018.
- Dieguez, Consuelo. "Direita, volver". revista *piauí*, Rio de Janeiro, n. 120, set. 2016.
- Haddad, Fernando. "Um ato expropriatório". *Reportagem*, jan. 2003.
- _____. "Vivi na pele o que aprendi nos livros". revista *piauí*, Rio de Janeiro, n. 129, jun. 2017.
- Fujita, Gabriela. "'Democracia brasileira se esgarçou e pode se romper', afirma André Singer". *UOL*, 4 ago. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/08/04/a-democracia-pode-se-romper-diz-andre-singer-pesquisador-do-lulismo.htm>.
- Gaspar, Malu. "O fiador". revista *piauí*, Rio de Janeiro, n. 144, set. 2018.
- Gielow, Igor. "'Bolsonaro não é volta dos militares, mas há o risco de politização de quartéis', diz Villas-Bôas". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 11 nov. 2018.
- Giraldes, Marcus. "O resultado das eleições e para que serve o fascismo". *Justificando*, 19 out. 2018a.
- _____. "A esquerda depois das eleições: organização, estratégias, resistência". *Justificando*, 8 nov. 2018b.
- Gramsci, Antonio. *Quaderni del carcere*, v. 4. Turim: Einaudi, 1975.
- Manso, Bruno Paes; Dias, Camila Nunes. *Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2018.
- Mendes, Conrado Hübner. "Na prática, ministros do STF agridem a democracia". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28 jan. 2018, Ilustríssima.
- Moro, Sérgio Fernando. "Considerações sobre a operação *Mani Pulite*". *Revista CEJ*, Brasília, n. 26, jul.-set. 2004, pp. 56-62.
- O Globo*. "Eleições 2018". Rio de Janeiro, 28 out. 2018.
- Pereira, Anthony. "Progress or Perdition? Brazil's National Truth Commission in Comparative Perspective". In: Kingstone, Peter; Power, Timothy (orgs.). *Democratic Brazil Divided*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2018, pp. 152-71.
- Prazeres, Leandro. "Por unanimidade, STF afasta Eduardo Cunha da Câmara". *UOL*, 5 maio 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/05/stf-afastamento-eduardo-cunha.htm>.
- Rathbone, John Paul. "López Obrador is Bigger Threat to Liberal Democracy than Bolsonaro". *Financial Times*, Londres, 27 nov. 2018.
- Riley, Dylan. "What is Trump?". *New Left Review*, Londres, n. 114, nov.-dez. 2018, pp. 5-31.
- Samuels, David J.; Zucco Jr., Cesar. "Lulismo, Petismo, and the Future of Brazilian Politics". *Journal of Politics in Latin America*, v. 6, n. 3, 2014.
- _____. *Partisans, Antipartisans and Nonpartisans: Voting Behaviour in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- Scocuglia, Livia. "Claus Roxin critica aplicação atual da teoria do domínio do fato". *Boletim de Notícias Conjur*, 1º set. 2014. Disponível em: <www.conjur.com.br/2014-set-01/claus-roxin-critica-aplicacao-atual-teoria-do-minio-fato>.
- Secretaria de Acompanhamento Econômico. *Efeito redistributivo da política fiscal no Brasil*. Brasília, dez. 2017.
- Siqueira, Rozanne Bezerra; Nogueira, José Ricardo Bezerra. *Taxation, Inequality and the Illusion of the Social Contract*, Conferência da World Economics Association, 2014.
- Silva, Luiz Inácio Lula da. *A verdade vencerá: o povo sabe por que me condenam*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- Singer, André. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- Toledo, José Roberto de. "Deu no celular". revista *piauí*, Rio de Janeiro, 18 out. 2018.
- Valente, Rubens. "Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter o avanço da Lava Jato". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 23 maio 2016.
- Venceslau, Pedro. "'Não estou vendendo a minha alma ao diabo', diz FHC", *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 out. 2018.



ESTE NÚMERO FOI FINANCIADO PELA
FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS